



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

CATÁLOGO DE DISCIPLINAS
VERSÃO CURRICULAR 2009

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

REITOR
PROF. RUBENS SERGIO RASSELLI

VICE-REITOR
PROF. REINALDO CENTODUCATTE

DIRETOR DO CCJE
PROF. GELSON SILVA JUNQUILHO

COORDENADOR DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO
PROF. GILBERTO FACHETTI SILVESTRE

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO
PROF. GILBERTO FACHETTI SILVESTRE
PROF. RICARDO GUEIROS BERNARDES DIAS
PROF^a. ADRIANA PEREIRA CAMPOS
PROF. PAULO VELTEN
PROF. TÁREK MOYSÉS MOUSSALLEM
PROF^a. VALESCA RAZER BORGES MOSCHEN
RAQUEL JUSTO MATTOS
SOFIA FREITAS DA SILVA

SECRETÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO
ARLENE DOS SANTOS VIEIRA

APRESENTAÇÃO

Esse catálogo é editado em um momento muito especial do nosso Curso de Direito. Primeiramente, inauguramos em 26 de fevereiro de 2010 nossa nova versão curricular e nosso novo Projeto Pedagógico de Curso. Trata-se de reformulação do projeto pedagógico do curso, atendendo a demanda do MEC como consequência de reformulação das diretrizes curriculares.

O outro motivo que torna esse atual momento especial é que em 04 de outubro de 2010 o Curso de Direito comemorou 800 anos de fundação. Fundado em 04 de outubro de 1930, como iniciativa de estudantes capixabas que não possuíam recursos financeiros para estudar no Bacharelado em Direito das Faculdades de outros Estados, o nosso Curso de Direito teve a sua primeira aula no dia 12 de junho de 1931, e desde então vem funcionando sem interrupções, formando operadores do Direito que se destacam no meio jurídico deste Estado e nacionalmente.

Como política de aperfeiçoamento do seu quadro docente, o Departamento de Direito, unidade responsável pela oferta de mais de 80% das disciplinas que formam o Curso de Direito, investiu na titulação de seus professores. Hoje, quase 90% dos nossos docentes possuem pós-graduação *stricto sensu*.

Por outro lado, o Curso tem se destacado nos últimos anos considerando seu índice de aprovação no Exame de Ordem (“Prova da OAB”), figurando repetidamente entre os primeiros colocados no Brasil e o primeiro colocado no Estado do Espírito Santo. Em recentes Exames de Ordem, o Curso de Direito da UFES obteve o índice de aprovação de quase 97% de seus alunos inscritos na primeira fase, o que lhe garantiu o primeiro lugar nacional. Além disso, também obtivemos o primeiro lugar nacional em aprovação na 2ª fase, tendo aprovado mais de 80% dos alunos submetidos à prova. Esses dados nos deixam tranquilos sobre a capacidade de nosso curso inserir nosso ex-aluno no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos pelos estudantes nas mais diversas avaliações e concursos realizados têm revelado a qualidade do ensino oferecida pelo curso. No antigo PROVÃO do MEC, o curso de Direito da UFES obteve nota máxima. E, em 1999, o curso chegou a se destacar como 1º lugar no Brasil, na frente da USP, UnB e todas as demais. No ENADE realizado em 2006, também obteve nota máxima ficando entre as cinco melhores faculdades de Direito do país.

Por tudo isso, cremos que esse é o momento ideal para refletirmos a continuidade da oferta de um curso de qualidade e que cumpra com sua função social, formando profissionais aptos a operacionalizar com ética e competência o Direito.

Prof. Gilberto Fachetti Silvestre
Coordenador do Colegiado do Curso de Direito

SUMÁRIO

1. PRIMEIRO PERÍODO	pg. 06
1.1. Introdução às Ciências Sociais	pg. 07
1.2. Introdução ao Estudo do Direito	pg. 09
1.3. Economia B	pg. 13
1.4. Teoria Geral do Direito Civil	pg. 15
1.5. Filosofia e Ética	pg. 18
2. SEGUNDO PERÍODO	pg. 22
2.1. Sociologia Aplicada ao Direito	pg. 23
2.2. Teoria Geral do Direito	pg. 26
2.3. Direito das Obrigações I	pg. 30
2.4. Teoria Geral do Processo	pg. 33
2.5. Teoria Geral do Estado	pg. 36
3. TERCEIRO PERÍODO	pg. 39
3.1. Teoria da Constituição	pg. 40
3.2. Direito das Obrigações II	pg. 43
3.3. Teoria Geral do Direito Penal I	pg. 45
3.4. Psicologia Aplicada ao Direito	pg. 48
3.5. Direito Processual Civil I	pg. 51
4. QUARTO PERÍODO	pg. 54
4.1. Direito Processual Civil II	pg. 55
4.2. Responsabilidade Civil	pg. 58
4.3. Direito Constitucional I	pg. 60
4.4. Teoria Geral do Direito Penal II	pg. 62
4.5. Direito Internacional Público	pg. 65
5. QUINTO PERÍODO	pg. 67
5.1. Direito Processual Civil III	pg. 68
5.2. Direito de Empresa I	pg. 71
5.3. Direito Processual Penal I	pg. 74
5.4. Direito Penal I	pg. 76
5.5. Direito do Trabalho	pg. 78
6. SEXTO PERÍODO	pg. 80
6.1. Direito Processual Civil IV	pg. 81
6.2. Direito Processual Penal II	pg. 84
6.3. Direito das Coisas	pg. 87
6.4. Direito Constitucional II	pg. 90
6.5. Direito Penal II	pg. 92
7. SÉTIMO PERÍODO	pg. 94
7.1. Direito Processual Civil V	pg. 95
7.2. Direito Processual Penal III	pg. 98
7.3. Direito Administrativo I	pg. 100
7.4. Direito de Família	pg. 103

7.5. Direito Penal III	pg. 106
8. OITAVO PERÍODO	pg. 108
8.1. Direito Processual Penal IV	pg. 109
8.2. Direito das Sucessões	pg. 111
8.3. Direito Processual Civil VI	pg. 113
8.4. Estágio Supervisionado I	pg. 116
8.5. Prática Cível	pg. 119
8.6. Direito Processual do Trabalho	pg. 121
9. NONO PERÍODO	pg. 123
9.1. Direito do Consumidor	pg. 124
9.2. Direito Administrativo II	pg. 126
9.3. Direito Tributário I	pg. 129
9.4. Estágio Supervisionado II	pg. 132
9.5. Prática Trabalhista	pg. 135
9.6. Ética no Direito	pg. 137
9.7. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I	pg. 139
10. DÉCIMO PERÍODO	pg. 141
10.1. Prática Penal	pg. 142
10.2. Estágio Supervisionado III	pg. 144
10.3. Direito Tributário II	pg. 147
10.4. Filosofia do Direito	pg. 150
10.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	pg. 153
10.6. Direito Ambiental	pg. 155
11. OPTATIVAS	pg. 157
11.1. Criminologia	pg. 158
11.2. Direito Coletivo do Trabalho	pg. 160
11.3. Direito Comparado	pg. 162
11.4. Direito de Empresa II	pg. 164
11.5. Direito Econômico	pg. 166
11.6. Direito Eleitoral	pg. 169
11.7. Direito Falimentar	pg. 172
11.8. Direito Financeiro	pg. 174
11.9. Direito Internacional Privado	pg. 177
11.9. Direito Previdenciário	pg. 179
11.10. Direito Processual Penal V	pg. 181
11.11. Direitos Humanos	pg. 183
11.12. Direito Urbanístico	pg. 185
11.13. Lógica e Metodologia Jurídica	pg. 187
11.14. Tópicos Especiais em Direito I	pg. 189
11.15. Tópicos Especiais em Direito II	pg. 190
11.16. História do Direito	pg. 191
11.17. Antropologia Jurídica	pg. 193
11.18. Medicina do Trabalho	pg. 195
11.19. Medicina Legal	pg. 197
11.20. Libras	pg. 199

PRIMEIRO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS.

Código: CSO02101.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: As Ciências Sociais, em especial as disciplinas Antropologia, Sociologia e Ciência Política podem ser vistas como verdadeiras chaves para a compreensão do homem; uma vez que se detém sobre as relações culturais, sociais e políticas que os homens estabelecem entre si e possibilitam um alargamento do discurso, bem como do olhar, fornecendo instrumentais teóricos para que o aluno analise com maior discernimento a realidade social.

Objetivos: 1) Adquirir noções gerais sobre a formação e desenvolvimento da sociedade que possibilitou a emergência das Ciências Sociais; 2) Conhecer a especificidade do conhecimento em Ciências Sociais e a diversidade destas como fruto das contradições sociais; 3) Despertar para a importância do estudo das Ciências Sociais como instrumento de entendimento da realidade em que vive.

Conteúdo programático:

1. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO.

- 1.1. Condições do conhecimento
- 1.2. Conhecimento do senso-comum e a ciência
- 1.3. A especificidade do conhecimento em Ciências Humanas
- 1.4. Aparência e Essência: a questão da Ideologia

2. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO NASCIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

- 2.1. Gênese do capital produtivo e do trabalho assalariado
- 2.2. As revoluções burguesas
- 2.3. Gênese do Pensamento Moderno
- 2.4. O nascimento das Ciências Sociais

3. AS PRINCIPAIS ABORDAGENS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

- 3.1. O funcionalismo de DURKHEIM
- 3.2. O historicismo de WEBER
- 3.3. A dialética de MARX

3.4. Ciências Sociais contemporâneas.

Metodologia: O Curso será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas, seminários, leituras dirigidas e debates.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de pré-requisitos, necessidades, interesses; FORMATIVA: exercícios periódicos para fixação da matéria; SOMATIVA: três provas semestrais, analíticas e dissertativas referentes a cada parte do programa; questionários de leitura;seminários com avaliação individual;questionários sobre filmes e leituras dirigidas.

Bibliografia obrigatória:

LÖWY, Michel. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1990.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 1993.

Bibliografia complementar:

DURKHEIM. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 1, 1978.

MARX. In: IANNI, Octávio (org.). São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 10, 1979.

WEBER. COHN, Gabriel (org.). São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 13, 1979.

ANDERY, Maria Amélia et, al. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ECU, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980; Abril Cultural, 1984.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. (Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento). São Paulo: Busca Vida, 1987.

SINGER, Paul. *Capitalismo*. (Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica). São Paulo: Moderna, 1987.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO.

Código: DIR09854.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito. O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social. Direito Natural. O jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma Jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumeiro. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para dotá-lo de condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-o a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

UNIDADE I – A Introdução ao Estudo do Direito

1. Histórico da disciplina
2. As concepções do Direito
3. Conceito de Direito
4. Direito no mundo
5. Como se conhece o Direito
6. Quem põe o Direito no mundo
7. Fontes do Direito
8. A Lei: função, características, elementos
9. Classificação das normas
10. Hierarquia das leis
11. A hipótese e o conseqüente
12. Princípios Gerais do Direito
13. Direito Consuetudinário
14. A Doutrina
15. A Jurisprudência
16. A Analogia

17. Direito Objetivo
18. Direito Subjetivo
19. Direito Natural
20. Direito Positivo
21. A teoria pura do Direito
22. A Teoria Marxista e o Direito
23. Existencialismo e Direito
24. A Teoria Tridimensional do Direito.

UNIDADE II – A Ciência do Direito

1. A Cientificidade do Direito
2. Defensores da Cientificidade do Direito
3. Opositores da Cientificidade do Direito
4. As Escolas do Direito e seus pensadores

UNIDADE III – A Filosofia do Direito

1. A Filosofia do Direito e os seus principais pensadores
2. Aristóteles
3. Augusto Conte
4. Carlos Cósio
5. Karl Marx, Friedrich Engels
6. Miguel Reale

UNIDADE IV – A Norma Jurídica

1. A Norma Jurídica e as outras normas
2. Definição de norma jurídica; elementos e características da norma jurídica
3. Norma e Ordenamento jurídico
4. Norma jurídica e lei
5. As normas constitucionais
6. As normas ordinárias e regulamentares
7. As lacunas no direito
8. Conflito de normas

UNIDADE V – O Sistema Jurídico e a Tópica Jurídica

1. O Direito como sistema e sua relação com os outros sistemas
2. O sistema jurídico brasileiro
3. Os sub-sistemas
4. A Tópica Jurídica
5. Direito Público e Direito Privado

UNIDADE VI – Noções de hermenêutica

1. Métodos de interpretação do Direito.
2. O papel e a força das decisões dos Tribunais como elemento de criação do Direito.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de

recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de pré-requisitos, necessidades, interesses; FORMATIVA: exercícios periódicos para fixação da matéria; SOMATIVA: três provas semestrais, analíticas e dissertativas referentes a cada parte do programa; questionários de leitura; seminários com avaliação individual; questionários sobre filmes e leituras dirigidas.

Bibliografia obrigatória:

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27ª Edição. São Paulo: Saraiva 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 21ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

DWORKIN, Ronald. *O Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Uma Questão de Princípio*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. *Direito, Poder e Opressão*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

_____. *A Crise da Advocacia no Brasil: diagnósticos e perspectivas*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Introdução à Ciência do Direito*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Aplicação do Direito e Contexto Social*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BARZOTTO, Luis Fernando. *O Positivismo Jurídico Contemporâneo: Uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

BOBBIO Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10ª ed. Brasília: UNB, 1999.

_____. *O Positivismo Jurídico Contemporâneo: lições de filosofia do direito*. Tradução: PUGLIESI, Márcio et al. São Paulo: Ícone, 2000.

BRONZE, Fernando José. *Lições de Introdução ao Direito*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

GRAU, Eros Roberto. *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

HERKENHOFF, João Baptista. *Para gostar de Direito: Carta de iniciação para gostar do Direito*. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IHERING, Rudolf Von. *A Luta pelo Direito*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A Ciência do Direito: conceito, objeto, método*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito*. 3ª ed. Lisboa: Stampa, 2005.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise*. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

WARAT, Luiz Alberto. *Introdução Geral ao Direito: Interpretação da lei: temas para uma reformulação*. Porto Alegre: Fabris, 1994.

_____. *O Direito e sua Linguagem*. 2ª ed. Porto Alegre: Fabris, 1995.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ECONOMIA B.

Código: ECO00350.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: Noções de História do Pensamento Econômico. Liberalismo econômico X intervenção estatal. Política Econômica: Fiscal, monetária e cambial. Economia Internacional. Dívida externa.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. CONCEITOS BÁSICOS

- 1.1. Economia e Direito
- 1.2. Conceituação de Economia
- 1.3. Utilidades, Bens e Serviços
- 1.4. Compartimentos da Economia
- 1.5. Fatores de Produção - Sistema Econômico

2. AGREGADOS ECONÔMICOS

- 2.1. PIB e PILpm, PIL e PIBcf, R. Interna, Renda Nacional e conceitos de disponibilidade interna e nacional.
- 2.2. Políticas
- 2.3. Fiscal: Orçamento Público; Déficit Público
- 2.4. Monetária e Sistema Financeiro Brasileiro: Inflação

3. POLÍTICA CAMBIAL

- 3.1. Economia Internacional
- 3.2. Balanço de Pagamentos
- 3.3. Dívida Externa

4. NOÇÕES DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de

recentes decisões judiciais e notícias da imprensa. (Estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de pré-requisitos, necessidades, interesses; FORMATIVA: exercícios periódicos para fixação da matéria; SOMATIVA: três provas semestrais, analíticas e dissertativas referentes a cada parte do programa; questionários de leitura; seminários com avaliação individual; questionários sobre filmes e leituras dirigidas.

Bibliografia obrigatória:

MOCHON, F. *Introdução à economia*. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio & Garcia, M. E. *Fundamentos de economia*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROSSETTI, J. P. *Introdução À economia*, São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia complementar:

LOPES, J.C.; Rosset, J.P. *Economia monetária*. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTORO FILHO, A. F. Et Alli. *Manual De economia*. São Paulo: Makron Books, 1998.

SOUZA, N. De Jesus De. *Economia*. São Paulo: Atlas, 1996.

WONNACOTT, P. *Introdução À economia*. São Paulo: Makron Books, 2000.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL.

Código: DIR09855.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: O Direito Civil: conceito, formação histórica e ideológica. O movimento de codificação. O direito civil e a Constituição. Pessoa e Direitos da Personalidade. Fato e Ato e Negócio Jurídicos. Ato antijurídico. Bens. Prescrição e decadência.

Objetivos: 1) Despertar para a importância da análise histórico-crítica dos institutos jurídicos do direito civil; 2) Adquirir conhecimentos sobre as estruturas fundamentais do Direito Civil e sua importância para a sociedade em que vivemos; 3) Refletir sobre temas polêmicos e atuais do Direito Civil, demonstrando as posições jurídicas divergentes com o objetivo de habituar-se ao debate de teses, avançando para além dos manuais tradicionais e dos textos legais; 4) Analisar a importância histórica e social da autonomia privada e da responsabilidade civil como respeito ao patrimônio da pessoa humana; 5) Analisar os vícios que podem se apresentar nas relações jurídicas, no objeto contratado, ressaltando-se a responsabilidade civil dos sujeitos de direito envolvidos.

Conteúdo programático:

FUNDAMENTOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO PRIVADO.

1. O Direito Privado. O Direito Civil.
2. A codificação. O Código Civil de 1916: bases ideológicas e técnica legislativa. O Código Civil de 2002: bases ideológicas e técnica legislativa. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados.
3. A relação jurídica de Direito Privado. O direito subjetivo.

A PESSOA

1. Personalidade.
2. Capacidade.
3. A pessoa natural.
4. A pessoa jurídica.
5. Dignidade da pessoa humana.
6. Direitos da personalidade.
7. Nome.

8. Domicílio.
9. Os bens. O estatuto do patrimônio mínimo.
10. Representação.

TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO

1. Fato jurídico.
2. Autonomia da vontade.
3. O negócio jurídico: planos, elementos e vícios.
4. Teoria geral das nulidades.
5. Função social do negócio jurídico.
6. Ato ilícito. Responsabilidade civil. Abuso de direito.
7. Prescrição. Decadência.
8. A prova do fato jurídico.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de pré-requisitos, necessidades, interesses; FORMATIVA: exercícios periódicos para fixação da matéria; SOMATIVA: três provas semestrais, analíticas e dissertativas referentes a cada parte do programa; questionários de leitura; seminários com avaliação individual; questionários sobre filmes e leituras dirigidas.

Bibliografia obrigatória:

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENWALD, Nelson. *Direito Civil: teoria geral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. Vol. I 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

BARBOZA, Heloisa Helena, MORAES, Maria Celina Bodin de e TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DE CUPIS, Adriano. *Os Direitos da Personalidade*. Trad.: Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2000.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. I, 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho. *Novo Curso de Direito Civil*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. I, 22ª ed. Forense. Rio de Janeiro, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. Vol.I, 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2007.

WALD, Arnoldo. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Introdução e parte geral. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: FILOSOFIA E ÉTICA.

Código: FIL03779.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: Aproximação à Filosofia. Tendências Contemporâneas. Fundamentos da Ética. Ética e Direito.

Objetivos: 1) Compreender os momentos mais significativos da história do pensamento ocidental; 2) Desenvolver consciência crítica para o exercício da capacidade humana de se interrogar e para uma participação mais ativa na comunidade em que vive; 3) Adquirir conhecimentos teóricos para o enriquecimento da reflexão ética; 4) Perceber a estreita relação existente entre a Ética e o Direito.

Conteúdo programático:

1. APROXIMAÇÃO A FILOSOFIA

1.1. O que é Filosofia?

1.2. Reflexão filosófica: criticidade, radicalidade, totalidade.

2. TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS CONTEMPORÂNEAS

2.1. Idealismo

2.2. Materialismo

2.3. Positivismo. Positivismo no Brasil

2.4. Neo-Positivismo

2.5. Existencialismo

2.6. Fenomenologia

2.7. Estruturalismo

2.8. A Filosofia no Brasil

3. FILOSOFIA E ÉTICA

3.1. Definição de Ética. Ética e Moral

3.2. A fundamentação da ética: A pessoa humana, atributos principais, amor e razão (desejo e vontade)

3.3. As questões fundamentais da ética: A felicidade, a responsabilidade, liberdade e determinismo.

3.4. A importância ética no dimensionamento humano.

3.5. Os valores morais. Estudos dos principais valores éticos.

4. ÉTICA, JUSTIÇA E DIREITO

4.1. A Ética das Virtudes

Ética e Justiça em Aristóteles

Ética e Justiça em São Tomás de Aquino

4.2. A Ética das Normas

Ética e Justiça em Kant

O princípio da Justiça em J. Rawls

4.3. Justiça: Princípio e Virtude.

Metodologia: 1) Aulas expositivas dialogadas; 2) Leitura e fichamento de textos; 3) Debates.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades; FORMATIVA: Leituras (resenhas); SOMATIVA: Trabalhos escritos, obedecendo-se os seguintes critérios de correção. Capacidade de leitura e compreensão; delineamento das questões propostas e abordagem crítica. Provas.

Bibliografia obrigatória:

FILOSOFIA:

MORENTE, Manuel García. *Fundamentos de Filosofia: noções preliminares*. 8ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. Volumes 1 ao 7. São Paulo: Paulus, 2007, 2005, 2009, 2009, 2007 e 2007.

ÉTICA:

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UNB, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática. 1994.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LAUAND, Luiz Jean (Org.) *Ética: questões fundamentais*. São Paulo: EDIX-Edições, 1994.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Ética e Práxis Histórica*. São Paulo: Ática. 1995.

Bibliografia complementar:

FILOSOFIA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

BORNHEIN, Gerd A. *Introdução ao filosofar*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

BUZZI, Arcangelo R. *Introdução ao pensar*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CHAUÍ, Marilena et. Al. *Primeira filosofia*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORBISIER, R. C. de A. *Introdução à filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia para uma geração consciente: elementos da história do pensamento ocidental*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

CYRINO, Hélio. *Filosofia hoje*. 5ª ed. Campinas. Papyrus, 1986.

MORENTE, Manoel G. *Fundamentos de filosofia - lições preliminares*. 2ª ed. São Paulo. Mestre Jou, 1966.

NIELSEN NETO, Henrique. *Filosofia básica*. 2ª ed. São Paulo, Atual Editora, 1985.

NUNES, Cesar A. *Aprendendo filosofia*. Campinas, Papyrus, 1986.

OLIVEIRA, Admardo S. et. al. *Introdução ao pensamento filosófico*. 4ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1990.

OLSCAMP, Paul J. *Introdução à Filosofia*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1980.

TELLE, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 26ª ed. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

TOBIAS, José Antônio. *Iniciação à filosofia*. 7ª ed. Presidente Prudente, Ed. Da UNOESTE, 1986.

ÉTICA:

ALBERONI, Francesco & VECA, Salvatore. *O altruísmo e a Moral*. Rio de Janeiro. Rocco. 1990.

PAIM, Antônio e outros. *Moral* (Curso de Humanidades 3). Londrina, UEL: Instituto de Humanidades, 1997.

PEGORARO, Olinto. *Ética e Justiça*. Petrópolis, Vozes, 1995.

PIEPER, Annemarie. *Ética y Moral*. Barcelona. Editorial Critica. 1991.

PERELMAN, Chaim. *Ética e Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. Brasília, UNB, 1981.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia da justiça em Kant – seu fundamento na liberdade e na igualdade*. Belo Horizonte, UFMG, 1986.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileiro, 1982.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ser Ético*. Rio de Janeiro, Gryphus, 1994.

SEGUNDO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO.

Código: CSO00183.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução às Ciências Sociais (CSO02101).

Ementa: Introdução à análise sociológica da sociedade. Sociologia do Direito. O direito como fato social. O direito e a sociedade capitalista.

Objetivos: Entender o Direito como uma das estruturas de controle social, mediante o exame de seus instrumentos e de suas diferentes formas de ação. Analisar as relações entre o direito e a sociedade, procurando investigar em que medida os fatores econômicos, sociais e políticos atuam sobre o Direito enquanto estrutura de controle. Ao mesmo tempo, adquirir visão crítica sobre o papel do direito no processo de reprodução ou transformação da sociedade.

Conteúdo programático:

1. INTRODUÇÃO: SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO.
2. O DIREITO COMO FATO SOCIAL
 - 2.1. O Direito: instrumento de organização social: a ordem interna das organizações sociais: normas sociais;
 - 2.2. Concepção dogmática da norma jurídica.
 - 2.3. O Direito como fenômeno observável.
 - 2.4. O Direito como rito
 - 2.5. O Direito como elaboração legislativa (quem é o legislador?);
 - 2.6. O destinatário da norma jurídica.
3. O DIREITO COMO FENÔMENO VALORATIVO.
 - 3.2. A ideologia e a dimensão ideológica do direito;
 - 3.2. O controle social e o Direito
 - 3.3. O Direito e os Direitos: o princípio do Direito único; a alternativa pluralista.
 - 3.4. Direito e Justiça.
4. DIREITO, PODER E LEGITIMIDADE.
 - 4.1. Direito e Poder;
 - 4.2. O princípio da legitimidade;

- 4.3. Legitimidade e alienação;
- 4.4. Legitimidade e consciência;
- 4.5. Direito e legitimidade.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades; FORMATIVA: auto-avaliação – participação, assiduidade, pontualidade; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BRYM, Robert. [et al.]. *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. *Sociologia do direito*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Bibliografia complementar:

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2001.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado*. São Paulo: Edusp, 1983.

FILHO, Arnaldo Lemos et al. *Sociologia Geral e do Direito*. Campinas: Alínea, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Arned, 2005.

LÉVY-BRUHL, Henri. *Sociologia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1983.

SOARES, Luis Eduardo. Legalidade libertária. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

TREVES, GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 2009. V. 1 e 2.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. 3.ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO.

Código: DIR09857.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854).

Ementa: Norma jurídica. A eficácia da Lei no tempo e no espaço. Hermenêutica e Interpretação do Direito. A jurisprudência e operação de julgamento: fins sociais e bem comum, vontade da lei, vontade do legislador ou vontade do juiz? Sujeitos de Direito. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Relação Jurídica: conceito, formação, elementos. Direito Subjetivo. Dever Jurídico. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Coisa Julgada. Ato jurídico perfeito. Direito adquirido. Técnica Legislativa. Lei complementar 95/98.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. A NORMA JURÍDICA.
 - 1.1. Enunciado e proposição (juízo).
 - 1.2. Lei e norma.
 - 1.3. Estrutura lógica.
 - 1.4. Estrutura interna: antecedente e conseqüente.
 - 1.5. Estrutura externa — norma primária e norma secundária.
 - 1.6. O dever-ser para Lourival Vilanova.
 - 1.7. Norma geral e abstrata e norma individual e concreta.
 - 1.8. Regra da conduta e regra de estrutura.

2. FATO JURÍDICO E RELAÇÃO JURÍDICA.
 - 2.1. Fato social.
 - 2.2. Fato jurídico.
 - 2.3. Fato lícito.
 - 2.4. Fato ilícito.
 - 2.5. Fato jurídico em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 2.5. Relação jurídica.
 - 2.6. Relação jurídica em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 2.7. Os modais deônticos – proibido, permitido, obrigatório.

3. OS SUJEITOS DE DIREITO.

- 3.1. Estrutura da relação jurídica.
- 3.2. Relação jurídica de direito material e de direito processual.
- 3.3. Personalidade e capacidade.
- 3.4. Coisa julgada, ato jurídico perfeito, direito adquirido.

4. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.

- 4.1. A “Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro” como norma geral de Direito.
- 4.2. Conflitos de Leis no Tempo.
- 4.3. Vigência temporária da lei.
- 4.4. Revogação da Lei.
- 4.5. Leis Repristinatórias.
- 4.6. Antinomias: os conflitos de leis no tempo e suas soluções.
- 4.7. Princípio da Irretroatividade, Retroatividade e Ultra-atividade da Lei.
- 4.8. Análise dos artigos da Lei de Introdução relacionados à matéria.
- 4.9. Conflitos de Leis no Espaço.
- 4.10. Limites da Lei no Espaço.
- 4.11. O conflito de Leis no espaço e suas soluções. Princípios básicos.
- 4.12. O sistema adotado no Brasil.
- 4.13. Análise dos artigos da Lei de Introdução relacionados à matéria.
- 4.14. Interpretação e integração.
- 4.15. Os conflitos normativos.
- 4.16. Lacunas. Constatação e preenchimento (colmatação).
- 4.17. Antinomia real e antinomia aparente.
- 4.18. Modos de integração do direito. Critérios quase-lógicos: analogia, indução amplificadora, interpretação extensiva. Instrumentos institucionais: costumes, princípios gerais de direito, equidade.

5. HERMENÊUTICA.

- 5.1. Retomada da relação direito e linguagem.
- 5.2. Hermenêutica e Ciência.
- 5.3. Interpretação como sistema.
- 5.4. O percurso gerativo de sentido.
- 5.5. Os subsistemas da geração de sentido.
- 5.6. As técnicas interpretativas nos planos sintático, semântico e pragmático da linguagem prescritiva (interpretação gramatical, lógica, sistemática, histórico-evolutiva, sociológica, axiológica e teleológica).
- 5.7. Os tipos interpretativos: interpretação extensiva, restritiva e especificadora.
- 5.8. *Voluntas legis* ou *voluntas legislatoris*.
- 5.9. Interpretação e tópica: o paradigma da lei, o paradigma do juiz e o paradigma do caso concreto.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de

recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

ALVES, Alaôr Caffé. *Lógica: pensamento formal e argumentação*. São Paulo: Edipro 2000

_____. *Roteiro de lógica jurídica*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução do código civil brasileiro interpretada*. São Paulo: Saraiva, 1996.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. São Paulo, Fontes, 1992.

_____. *Teoria pura do direito*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

_____. *Teoria geral das normas*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1986.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. *As fontes do direito*. São Paulo, Max Limonad, 2000.

NINO, Carlos Santiago. *Introducción ai analisis del derecho*. Buenos Aires, Astrea, 1995.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *Lançamento tributário*. São Paulo, Max Limonad, 1996.

VILANOVA, Lourival. *Causalidade e relação no direito*. São Paulo, RI, 2000.

_____. *Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo, Max Limonad, 1.997.

Bibliografia complementar:

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

_____. *O império do direito*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

ENGLISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1988

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. 2. ed., São Paulo, Atlas, 1994.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. 3. cd., Rio de Janeiro, Forense, 1997.

GUIBOURG, Ricardo et aili. *Introducción ai Conocimiento Científico*. Buenos Aires, Eudeba, 1993.

_____. *Lógica, proposición y norma*. Editorial Astrea. Buenos Aires, 1995.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I.

Código: DIR03785.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854) e Teoria Geral do Direito Civil (DIR09855).

Ementa: Conceito, espécies e fontes das obrigações. O individualismo e a doutrina. Modalidades e efeitos das obrigações. Nascimento e extinção das obrigações. Dano Moral e patrimonial. Cessão de crédito.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. NOÇÃO GERAL DE OBRIGAÇÃO.

- 1.1. Conceito de Obrigação.
- 1.2. Evolução histórica.
- 1.3. Elementos essenciais.
- 1.4. Obrigação civil e natural.
- 1.5. Fontes.
- 1.5. Direitos da Personalidade e Direitos Patrimoniais.
- 1.6. Direitos Reais e Direitos Pessoais.
- 1.7. Autonomia Privada.

2. OBRIGAÇÃO PROPRIAMENTE DITA.

- 2.1. Obrigação real.
- 2.2. Obrigação *propter rem*.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES:

- 3.1. Classificação das Obrigações quanto ao objeto: Classificação das obrigações, em geral. Obrigação de dar e restituir coisa certa. Obrigação de dar coisa incerta. Obrigação de não-fazer.
- 3.2. Classificação das obrigações quanto ao sujeito: Indivisibilidade e solidariedade. Conceito de indivisibilidade. Efeitos. Pluralidade de devedores e credores. Perda. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.

3.3. Classificação das obrigações quanto aos elementos não fundamentais: Obrigação alternativa. Escolha. Impossibilidade de prestação. Obrigação condicional e a termo. Obrigação principal e acessória. Prestação de juros. Prestação pecuniária. Correção monetária.

4. CLÁUSULA PENAL.

- 4.1. Natureza e caracteres da cláusula penal.
- 4.2. Pena convencional moratória e compensatória.
- 4.3. Efeitos da cláusula penal.

5. PAGAMENTO.

- 5.1. Execução voluntária.
- 5.2. Condições subjetivas.
- 5.3. Condições objetivas.
- 5.4. Lugar do pagamento.
- 5.5. tempo do pagamento.
- 5.6. Prova.
- 5.7. Pagamentos especiais: Pagamento em consignação. Pagamento por sub-rogação. Imputação do pagamento. dação em pagamento.
- 5.8. Extinção das obrigações sem pagamento: Novação. Compensação. Transação. Confusão. Compromisso. Perdão.
- 5.9. Pagamento indevido: Enriquecimento sem causa. Repetição de pagamento. retenção do pagamento indevido.

6. MORA.

- 6.1. Conceito de mora do devedor e do credor.
- 6.2. Purgação da mora.
- 6.3. Cessação.
- 6.4. Constituição da mora.

7. INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.

- 7.1. Descumprimento da obrigação.
- 7.2. Dolo e culpa.
- 7.3. Indenização: dano patrimonial e moral.
- 7.4. Inimputabilidade: caso fortuito e força maior.
- 7.5. Exoneração convencional: cláusula de não-indenizar.
- 7.6. Transferência das obrigações.
- 7.7. Perdas e Danos

8. CESSÃO DE CRÉDITO.

- 8.1. Cessão de crédito: conceito e natureza.
- 8.2. Validade: entre as partes e em relação a terceiros.
- 8.3. Responsabilidade do cedente.
- 8.4. Efeitos: quanto aos devedores e aos cessionários.
- 8.5. Assunção de débito.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de

recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Obrigações. Teoria Geral*. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS, Cristiano Chaves e ROSENWALD, Nelson. *Direito das Obrigações*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Curso de Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações*. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LOTUFO, Renan. *Código Civil Comentado*. Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2003.

TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Obrigações: estudo na perspectiva Civil-Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar 2005.

WALD, Arnoldo. *Obrigações e Contratos*. 18ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO.

Código: DIR09859.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854) e Teoria Geral do Direito Civil (DIR09855).

Ementa: Esboço histórico do direito processual. Princípios do processo. Lei processual: interpretação, integração e aplicação no tempo e no espaço. Órgãos do poder Judiciário. Jurisdição, Ação e Processo. Noções básicas sobre teoria da prova, da sentença, da coisa julgada, dos recursos, da execução e cautelar.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. NOÇÕES PRELIMINARES.

- 1.1. Interesse.
- 1.2. Conflito de interesses.
- 1.3. Lide.
- 1.4. Pretensão.
- 1.5. Processo.

2. O DIREITO PROCESSUAL.

- 2.1. Direito Processual: conceito; denominação; posição enciclopédica; evolução histórica.
- 2.2. Fontes do direito processual civil, penal e trabalhista e interpretação da lei processual;
- 2.3. Princípios:
 - 2 2.3.1. Princípios gerais do direito processual;
 - 3 2.3.2. Princípio do devido processo legal;
 - 4 2.3.3. Princípio da isonomia;
 - 5 2.3.4. Princípio do juízo natural;
 - 6 2.3.5. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
 - 7 2.3.6. Princípio do contraditório;
 - 8 2.3.7. Princípio da motivação das decisões judiciais;

3. JURISDIÇÃO.

- 3.1. As funções do Estado e a função jurisdicional;
- 3.2. Conceito.
- 3.3. Características essenciais.
- 3.4. Espécies de jurisdição - jurisdição civil, penal e trabalhista
- 3.5. Jurisdição contenciosa;
- 3.6. Jurisdição voluntária;
- 3.7. Escopos da jurisdição;
- 3.8. Tutela jurisdicional: conceito e classificações;]
- 3.9. Tutela jurisdicional antecipada;
- 3.10. Tutela jurisdicional específica das obrigações de fazer e não fazer.
- 3.11. Órgãos da jurisdição.
- 3.12. Organização judiciária.
- 3.13. Competência: conceito; critérios de fixação; incompetência absoluta e relativa; causas de modificação; declaração de incompetência; conflito de competência.

4. AÇÃO.

- 4.1. Teorias sobre a ação;
- 4.2. Conceito de ação;
- 4.3. Elementos de ação;
- 4.4. Condições da ação;
- 4.5. Classificação das ações;
- 4.6. Concurso e cumulação de ações.

5. PROCESSO.

- 5.1. Conceito; objeto; tipos; natureza jurídica; relação jurídica processual.
- 5.2. Teorias sobre o processo.
- 5.3. Conceito e natureza jurídica.
- 5.4. Processo e procedimento.
- 5.5. Sujeitos do processo: Estado-Juiz; auxiliares da justiça; partes, advogado; litisconsórcio; intervenção de terceiros; Ministério Público.
- 5.6. Escopos do processo: instrumentalidade e efetividade do processo.
- 5.7. Classificação do processo.
- 5.8. Objeto do processo.
- 5.9. Pressupostos processuais.
- 5.10. Atos processuais:
 - Fato, ato e negócio jurídico.
 - Fato processual.
 - Atos do processo e atos processuais.
 - Negócios processuais.
 - Classificação dos atos processuais.
 - Forma dos atos processuais.
 - Existência, validade e eficácia dos atos processuais.
 - Comunicação dos atos processuais.
- 5.11. Processo de Conhecimento:
 - Cognição: conceito, objeto e espécies.
 - Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento.
 - Processo e procedimento.
- 5.12. Procedimento ordinário: Conceito e cabimento.

5.13. Procedimento sumário: Conceito e cabimento.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 25ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

FREITAS, Alexandre Câmara. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. I, 13ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Bibliografia complementar:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 27ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo: Influência do Direito Matéria sobre o Processo*. 5ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de Direito Processual Civil*. 3ª Edição. Trad. Cândido Rangel Dinamarco, Rio de Janeiro: Forense, 2005.

LIMA, Marcellus Polastri. *Curso de Processo Penal*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 10ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO ESTADO.

Código: DIR09858.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854).

Ementa: As Teorias sobre a origem e formação do Estado: os clássicos. Regime e sistemas de Governo. A democracia.

Objetivos: 1) Adquirir uma visão crítica do Direito, a partir de uma adequada compreensão do Estado com fenômeno multifacético, porém de dimensão jurídica inevitável; 2) Desenvolver o interesse pelo estudo de profundidade e indisciplinar; 3) Conhecer os diversos tipos históricos do Estado, nos dias correntes e na vida internacional; 4) Perceber os elementos formativos do estado conectando-os à experiência política constitucional do Brasil; 5) Desenvolver o interesse pelo enfoque filosófico dos termos da disciplina; 6) Exercitar uma compreensão multidimensional do Estado e do Direito.

Conteúdo programático:

1. O Homem em Sociedade: a visão aristotélica. Sociedade: conceito e Tipologia: características.
2. A Sociedade Política. Poder social e Poder político. O Estado e a convivência mundial: do Estado antigo à era contemporânea.
3. Teoria do Estado e do Direito: conceitos e relações entre as duas áreas de conhecimento. Posição enciclopédia da Teoria Geral do Estado: relações com outras áreas disciplinares no Direito e com outras áreas de conhecimento.
4. Estado, Direito e Cultura. A Concepção culturalista (tridimensional) do Estado. A visão de Hans Kelsen, Locke, Hobbes, Rousseau
5. O Estado como Fenômeno de Integração: a concepção de Rudolph Siunend, Spencer e Pontes de Miranda.
6. O Poder como fatos de integração do Estado. O Positivismo. A Doutrina de Duguit sobre o poder: a posição de Durkeim. Integração e Juridicidade de Poder.
7. Análise sobre o poder: as teorias de soberania. As bases conceituais sobre o poder constituinte. A limitação jurídica do poder: da Revolução Francesa à contemporaneidade. Disfunções do poder

estatal: a separação de funções do poder estatal e a situação atual desta proposição.

8. A Formação Jurídica do Estado: ordem jurídica como sistema. A Ordem Constitucional e o Ordenamento Infraconstitucional: os fundamentos da constituição como elemento normativo do Estado.
9. A Formação Sociológica do Estado: O Estado e seu conteúdo social. Estado e Nação. O
10. Conceito da Sociedade civil. O Problema da continuidade do Estado. O constitucionalismo de Hanrion e o Pluralismo de Santi Romano.
11. A Formação Física do Estado: conceito de território. A Tipologia: território real e território ficto. Os bens do Estado. O território Estado e o Direito Internacional Público. A integração dos Estados na atualidade e sua repercussão na concepção de Estado nacional.
12. Organização Fundamental do Estado: fins e função do Estado. Do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito. O Estado Intervencionista em Questão. Relação entre os Poderes do Estado: posição do problema na atualidade e os conflitos entre os poderes: o Poder Legislativo e o Poder Executivo no Estado contemporâneo.
13. Ideologia e Estado: noção geral de ideologia. Tipos de ideologia. A ideologia corrente ou adotada. Ideologia e Opinião Pública.
14. Síntese Crítica da Teoria do Estado: o caráter sistemático da Teoria do Estado em perspectiva histórica. Filosofia Política e Filosofia Jurídica. O Sentido Transformacional do Estado: estatística e dinâmica na Teoria do Estado.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 7ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 24ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social: princípios do direito político*. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TERCEIRO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.

Código: DIR03783.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito (DIR09857) e Teoria Geral do Estado (DIR09858).

Ementa: História do Constitucionalismo brasileiro. Poder Constituinte. Normas Constitucionais. Princípios Constitucionais e Supraconstitucionais.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Teoria da Constituição: o problema conceitual. Distinção e relações com outras áreas do conhecimento. Autonomia da disciplina. Evolução histórica.
2. Objeto da Teoria da Constituição. A especificidade de enfoque e a exclusividade dos temas da disciplina. Proposições básicas de conteúdo disciplinar.
3. Ideias políticas e ideias constitucionais; ideias de Constituição: de Aristóteles à concepção medieval; a visão oitocentista (conceito polêmico de Constituição); a ideia contemporânea.
4. A formação do pensamento constitucional. Antecipações históricas.
5. O constitucionalismo: a experiência britânica; o constitucionalismo revolucionário do século XVIII; a influência da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Constitucionalismo social. O conteúdo constitucional no tempo.
6. O fundamento das Constituições: teoria geral do poder; o poder político. A concepção Weberiana; Laski; Bertrand Russel e outros.
7. O fundamento das Constituições. A visão jusnaturalista e a positivista. Soberania: evolução e titularidade.
8. O fundamento das constituições: o poder constituinte e sua natureza política. Natureza jurídica, titularidade e alcance do poder constituinte; suas características e atributos. Legitimidade e legitimação do poder constituinte. A doutrina de Rousseau. A elaboração doutrinária de Sieyès.

9. O fundamento das Constituições: formas de expressão do poder constituinte. Tipologia do poder constituinte.
10. Mudanças constitucionais: permanência, mudança na constituição. Mudanças formais: a reforma constitucional; a emenda e a revisão; o poder de reforma, sua natureza e limites. Mudanças informais: o papel da interpretação constitucional; mutação e evolução constitucional. A Constituição: a visão histórica da Constituição britânica. Os conceitos de Constituição sociológica, jurídica e política. A constituição-valor. A constituição-crença. O conceito pragmático (norte-americano) de constituição: "The liberal constitution" e a criação jurisprudencial. A síntese culturalista (Miguel Reale e Meirelles Teixeira): a constituição total.
11. Natureza e expansividade das normas constitucionais. Constituição Material e Constituição Formal. Constituição sistemática e analítica. O Totalitarismo normativo de Miguel Reale.
12. Eficácia da Constituição: efeitos da norma constitucional; o novo regime, a recepção, a desconstitucionalização, a constitucionalização. Aplicabilidade das normas constitucionais: normas exequíveis e não-exequíveis; as normas constitucionais inconstitucionais. O Direito Constitucional transitório. Defesas da Constituição: o controle da constitucionalidade e as salvaguardas constitucionais.
13. Elaboração Constitucional. Metodologia constitucional: experiências históricas. Linguagem constitucional.
14. Hermenêutica e interpretação Constitucional. Especificidade da exegese constitucional. Princípios hermenêuticos aplicados à interpretação da Constituição. A interpretação conforme a Constituição. Tipos de interpretação constitucional. A jurisprudência constitucional.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BARRACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria da Constituição*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Almedina: Coimbra.

CAPELLETTI, Mauro. *O controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1992.

KELSEM, Hans. *Teoria General del Estado*.

Bibliografia complementar:

CHÂTELET, François "et alii". *História das Idéias Políticas* Rio de Janeiro, Jorge Zachar, 1990, 2ª Ed.

COOLEY, Thomas. *Princípios Gerais de Direito Constitucional*. 2ª Ed. São Paulo, RT, 1982.

CRESPINGNY, Anthony de e CRONIN, Jeremy. *Ideologias Políticas*. Brasília: UnB, 1981.

DINIZ, Maria Helena. *Norma Constitucional e seus efeitos*. 2ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1982.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos Informais de Mudança de Constituição*. São Paulo, Max Limonad Editor, 1986.

HELLER, Herman, *Teoria General do Estado*, Fundo de Cultura, México.

HORTA, Raul Machado. *Estudos de Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

BONAVIDES, Paulo. *A constituição aberta*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

CAETANO, Marcelo. *Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense.

ACCIOLI, Wilson. *Instituições de Direito Constitucional*. Rio De Janeiro, Forense, 1978.

BACHOFF, Otto. *Normas Constitucionais Institucionais?* Coimbra, Almedina, 1994;

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 24ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

KONRAD, Hesse. *A força Normativa da Constituição*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris editor, 1991.

LASSALE, Ferdinand. *O que é a Constituição Política*. Globo Editora, 1987.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder*, Parte 1. São Paulo, RT, 1992.

REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. São Paulo, Saraiva, 1984.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II.

Código: DIR03788.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito das Obrigações I (DIR03785).

Ementa: Teoria geral do contrato. Espécies de Contratos Cíveis. Atos unilaterais. Enriquecimento sem causa.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. FUNDAMENTOS DO DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO.

- 1.1. Noção de contrato.
- 1.2. Princípios do Direito Contratual.
- 1.3. Formação do contrato.
- 1.4. Classificação dos contratos.
- 1.5. Extinção dos contratos.
- 1.6. Teoria da imprevisão.
- 1.7. Teoria do adimplemento substancial.
- 1.8. Violação positiva do contrato.
- 1.9. Cessão de contrato.
- 1.10. Exceção de contrato não cumprido.
- 1.11. Evicção e vício redibitório.

2. TIPOS CONTRATUAIS CÍVEIS.

- 2.1. Compra e venda.
- 2.2. Contrato estimatório.
- 2.3. Doação.
- 2.4. Locação.
- 2.5. Empréstimo.
- 2.6. Prestação de serviço.
- 2.7. Empreitada.
- 2.8. Depósito.
- 2.9. Mandato.
- 2.10. Transporte.
- 2.11. Seguro.

2.12. Fiança.

3. ATOS UNILATERAIS E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

3.1. Constituição de renda.

3.2. Jogo e aposta.

3.3. Fiança.

3.4. Transação.

3.5. Compromisso.

3.6. Gestão de negócios.

3.7. Pagamento indevido.

3.8. Enriquecimento sem causa.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. Vol. 03. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. Contratos e atos unilaterais. Vol. III. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26ª ed. atualizada por Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NEGREIROS, Teresa. *Teoria do contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*. Vols. 02 e 03. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL I.

Código: DIR09860.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito (DIR09857).

Ementa: Conceito, Formação Histórica, Princípios Constitucionais. Aplicação da lei Penal, Crime. Imputabilidade Penal. Concurso de pessoas.

Objetivos: 1) Tomar conhecimento do Direito Penal e disciplinas afins, assim como do cotidiano forense e das delegacias de polícia; conhecer os princípios e regras gerais do Direito Penal, mediante estudo crítico e aprofundado dos dispositivos legais, de sua aplicação prática e de suas consequências na Sociedade; introduzir-se no debate das reformas penais e de política criminal; 2) Conhecer as diversas teorias a respeito do conceito de crime, identificando e compreendendo cada um dos elementos adotados por essas correntes; identificar e analisar as causas dos resultados juridicamente apenados e os seus responsáveis, e conhecer as causas de exclusão de crime e os seus requisitos legais; conhecer os elementos essenciais e acidentais de cada conduta, e apontar os tipos penais adequados aos casos concretos ou hipotéticos que lhe forem apresentados, observando quando se tratar de crime consumado, tentado, exaurido, continuado, permanente, *etc.*; 3) Despertar o gosto pelo estudo do Direito Penal, procurando espontaneamente informações complementares sobre o assunto.

Conteúdo programático:

1. Direito Penal: conceito, história, fonte. Relações com outros ramos do Direito e disciplinas afins.
2. Princípios Constitucionais do Direito Penal.
3. Norma Penal. Princípio da Legalidade e da Reserva Legal. Conflito de normas e conflito aparente. Eficácia espacial e temporal da lei, eficácia quanto à pessoa, sentença estrangeira. Analogia e interpretação analógica. Costumes. Tipo Legal.
4. Conceito de Crime. Sujeitos do Crime. Causalismo e Finalismo. Ação. Causas e relação de causalidade.
5. Tipo e Tipicidade, elementos objetivos, subjetivos, normativos e descritivos e condições especiais de punibilidade ou de procedibilidade.

6. Ilicitude.
7. Culpabilidade. Imputabilidade, inimputabilidade, semi-imputabilidade. Emoção e paixão. Embriaguês.
8. Crime consumado, tentado, exaurido e impossível. Crime Putativo. Desistência e arrependimento.
9. Erro.
10. Causas de exclusão de crime. Legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de um direito. Coação. Obediência hierárquica. Causas supralegais ou atípicas de exclusão da ilicitude. Excludentes putativas.
11. Concurso de crimes.
12. Concurso de pessoas. Circunstâncias comunicáveis. Punibilidade.
13. Classificação dos crimes.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 8ª edição. São Paulo: RT, 2008.

ZAFFARONI, E. R. & PIERANGELI, J. H. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 8ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NORONHA, E. Magalhães de. *Direito Penal: Parte Geral*. Vols. I, II e III, 27ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 13ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

CEREZO MIR, José. *Derecho Penal: parte general*. Buenos Aires: Editorial BdeF, 2008.

DOTTI, René Ariel. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal – Parte Geral*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal: Parte Geral*. Vol. I, 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. Vol. II, 25 Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO.

Código: PSO09856.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito (DIR09857).

Ementa: Psicologia social: fundamentos filosóficos, histórico e especificidades da área. As contribuições da Psicologia Social como campo científico e suas interfaces com a ciência jurídica. Temas e processos psicossociais relevantes para o Direito: direitos humanos, violência, preconceito, família e relações de gênero.

Objetivos: Reconhecer a importância da psicologia nas relações humanas e sua aplicação no contexto sócio-jurídico. Instrumentalizar o profissional na solução pacífica e harmônica de conflitos.

Conteúdo programático:

1. NOÇÕES GERAIS DO ESTUDO DE PSICOLOGIA.

- 1.1. Objeto de estudo da psicologia e fenômenos psicológicos.
- 1.2. Personalidade: formação e desenvolvimento.
- 1.3. Família: representações sociais e relações afetivas.
- 1.4. Grupos e organizações sociais.
- 1.5. Exclusão social: importância da Psicologia para sua abordagem.

2. RELAÇÕES HUMANAS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS.

- 2.1. Percepção social.
- 2.2. Atitudes: preconceito, estereótipos e discriminação.
- 2.3. Comportamento: pró-social e anti-social.
- 2.4. Justiça nas relações sociais.

3. APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO.

- 3.1. Homem e comportamento: a integração entre a Justiça e a Psicologia a partir das necessidades disciplinares.
- 3.2. A Psicologia e o Direito: relações e formas de comunicação implícita e explícita. A psicologização dos discursos e das práticas jurídico-judiciais.
- 3.3. Norma, transgressão, desvio: noção e interdependência. Comportamentos desviantes. A disciplina social e a sanção normatizadora.
- 3.4 Áreas de intervenção juspsicológica:

3.4.1 Área Cível: a vontade, a declaração e as divergências da vontade no negócio jurídico; incapacidades; responsabilidade civil por danos não patrimoniais; rupturas da convivência conjugal, poder paternal; parentalidades; mediação.

3.4.2 Área Trabalhista e previdenciária: doenças profissionais; acidente de trabalho, a quebra da relação laboral; assédio moral.

3.4.3 Área Criminal: as fases do processo de criminalização e o espaço da psicologia; a teoria da personalidade criminal.

3.4.4 Delinquência Juvenil. A Justiça de Menores.

3.4.5 A verdade judicial e a verdade material: divergências.

Metodologia: Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Debates interdisciplinares.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

Bibliografia obrigatória:

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito. 3ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ZIMERMAN, David, e COLTRO, Antônio Carlos Mathias (orgs.), Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. 2ª Edição. Minas Gerais. Editora: Millennium, 2008.

Bibliografia complementar:

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T., Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª Edição. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOUZA, Lídio de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. Psicologia: reflexões (im)pertinentes. 13ª Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

MARX, Melvin H.; HILLIX, William A. Sistemas e teorias em psicologia. 11ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2000.

FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto, Tratado da inimputabilidade no Direito Penal, 1ª Edição. São Paulo: Malheiros Editora, 2000.

LOPES, EMÍLIO Mira e, Manual de Psicologia Jurídica, 3ª Edição. Campinas (SP): LZN Editora, 2009.

ALBERGARIA, Jason, Noções de Criminologia, Belo Horizonte: Mandamentos Livraria e Editora, 1999.

MARANHÃO, Odon Ramos, *Psicologia do Crime*, 2ª Edição, São Paulo (SP): Malheiros Editores, 2003.

GARCIA, Célio, *Psicologia Jurídica. Operadores do Simbólico*, Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2004.

PENNA, Antônio Gomes, *História das idéias psicológicas*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I.

Código: DIR09865.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Processo (DIR09859).

Ementa: Partes e procuradores: capacidade processual, dos deveres das partes e dos seus procuradores, dos procuradores, da substituição das partes e dos procuradores, do litisconsórcio e da assistência, da intervenção de terceiros. Ministério Público. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, da competência internacional, da competência interna, do juiz, dos auxiliares das partes. Dos atos processuais: da forma dos atos processuais, do tempo e do lugar dos atos processuais, dos prazos, das comunicações dos atos, das nulidades, de outros atos processuais.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. PARTES E PROCURADORES.

- 1.1. Capacidade processual.
- 1.2. Deveres das partes e dos procuradores.
- 1.3. Despesas processuais e sucumbência.
- 1.4. Substituição das partes e dos procuradores.
- 1.5. Litisconsórcio: ativo e passivo; necessário e facultativo: facultativo recusável e irrecusável; litisconsórcio multitudinário; simples/comum e unitário.
- 1.6. Intervenção *jussu judicis*.
- 1.7. Intervenção de terceiros: assistência; oposição; nomeação à autoria; denunciação à lide; chamamento ao processo.

2. COMPETÊNCIA.

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Competência absoluta e relativa na Constituição e leis ordinárias, e no CPC.
- 2.3. Competência internacional

2.4. Competência interna: funcional ou hierárquica; material; em razão das pessoas; em razão do valor; em razão do território.

2.5. Modificações de competência.

2.6. *Perpetuatio jurisdictionis*.

2.7. Conexão e continência.

2.8. Competência de foro e de juízo.

2.9. Declaração de incompetência.

3. ATOS PROCESSUAIS.

3.1. Teoria geral dos atos processuais.

3.2. Forma dos atos processuais: instrumentalidade das formas; princípio da finalidade dos atos cientificatórios; princípio da utilidade dos prazos; atos em geral, da parte, do juiz e dos auxiliares.

3.3. Tempo e lugar dos atos processuais.

3.4. Prazos processuais.

3.5. Comunicação dos atos processuais.

3.6. Teoria das nulidades processuais.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

DIDIER JR, FREDIE. Curso de Direito Processual Civil. 11ª Edição.rev., ampl. atualizada. Salvador: Ed. Jus Podivm 2009.

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. I, 21ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

ALVES, Vilson Rodrigues. Tratado da Petição Inicial. Vol. IV, Tomo 1. Campinas: Bookseller, 1999.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento). 22ª Edição. rev. e atual., 8. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. II, 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. A Defesa no Processo Civil: as exceções substanciais no processo de conhecimento. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. I, 10ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

QUARTO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II.

Código: DIR09866.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil I (DIR09865).

Ementa: Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do processo de conhecimento e do procedimento: das disposições gerais, do procedimento ordinário, do procedimento sumário. Do procedimento ordinário: da petição inicial, da resposta do réu, da revelia, das providências preliminares, do julgamento conforme o estado do processo, das provas, da audiência, da sentença e da coisa julgada. Noções básicas da liquidação da sentença e do cumprimento da sentença. Noções básicas sobre juizados especiais.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1.1. Suspensão.

1.2. Extinção: sentenças terminativas e definitivas; sem o julgamento do mérito; com o julgamento do mérito.

2. PROCESSO E PROCEDIMENTO

2.1. Conceito e diferenças.

2.2. Procedimentos comum e especial: comum ordinário e sumário; especial de jurisdição contenciosa e voluntária.

2.3. Petição inicial: requisitos formais e de lógica intrínseca; admissibilidade inicial e diferida; despachos de indeferimento (extinção sumária e emenda) e de deferimento; elementos constitutivos: a) causa de pedir remota e próxima; b) pedidos imediato e mediato.

2.4. Resposta do réu:

2.4.1. Contestação:

a) princípio da eventualidade.

b) revelia e contumácia.

c) confissão ficta e real.

d) elisão da revelia e da confissão.

- 2.4.2. Reconvenção.
- 2.4.3. Exceção processual estrita:
 - a) de incompetência relativa do juízo.
 - b) de suspeição do juiz.
 - c) de impedimento do juiz.
- 2.5. Providências preliminares.
- 2.6. Julgamento conforme o estado do processo: extinção sumária diferida; julgamento antecipado da lide; despacho saneador.

3. PROVAS.

- 3.1. Teoria geral.
- 3.2. Provas em espécie:
 - 3.2.1. Confissão:
 - a) ficta e real.
 - b) espontânea e provocada.
 - c) decorrente de interrogatório e de depoimento pessoal.
 - 3.2.2. Documental.
 - 3.2.3. Testemunhal.
 - 3.2.4. Pericial.

4. SENTENÇA.

- 4.1. Sentença: terminativas; definitivas; determinativa ou instável.
- 4.2. Relação jurídica continuativa ou de trato sucessivo.
- 4.3. Pedidos implícitos.
- 4.4. Ação revisional.
- 4.5. Efeitos.
- 4.6. Requisitos.
- 4.7. Limites da ação e do provimento.
- 4.8. Objeções processuais.
- 4.9. Outras hipóteses de conhecimento *ex officio* acerca de matérias não arguidas.
- 4.10. Sentenças *citra, ultra e extra petita*.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

DIDIER JR, FREDIE. Curso de Direito Processual Civil. 11ª Edição.rev., ampl. atualizada. Salvador: Ed. Jus Podivm 2009.

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. I, 21ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

ALVES, Vilson Rodrigues. Tratado da Petição Inicial. Vol. IV, Tomo 1. Campinas: Bookseller, 1999.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento). 22ª Edição. rev. e atual., 8. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. II, 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. A Defesa no Processo Civil: as exceções substanciais no processo de conhecimento. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. I, 10ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL.

Código: DIR09861.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito das Obrigações II (DIR03788).

Ementa: Conceitos e elementos da Responsabilidade Civil. A Responsabilidade Civil Extracontratual. Teoria Subjetiva e Objetiva da Responsabilidade Civil. Dano Patrimonial e Dano Moral. Mensuração dos Danos. A Obrigação de Indenizar. A Indenização. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade Civil Profissional. Responsabilidade em Atividades Específicas.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DIREITO DE DANOS E RESPONSABILIDADE CIVIL.

- 1.1. O ato ilícito e seus elementos.
- 1.2. Dano.
- 1.3. Responsabilidade civil negocial.
- 1.4. Responsabilidade civil aquiliana.
- 1.5. Responsabilidade civil objetiva.
- 1.6. Abuso de direito.

2. SISTEMAS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

- 2.1. Responsabilidade civil da Administração Pública.
- 2.2. Responsabilidade civil profissional: responsabilidade civil do médico, do dentista e dos hospitais e clínicas; responsabilidade civil do advogado; responsabilidade civil das instituições bancárias.
- 2.3. Responsabilidade civil contratual do transportador, do depositário e do segurador.
- 2.4. Responsabilidade civil nas relações de consumo.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de

recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia complementar:

DIAS, José de Aguiar. Da Responsabilidade Civil. 11ª Edição. São Paulo: Renovar, 2006

RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade civil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CAHALI, Yussef Said. Dano Moral. 3ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CASTRO, Guilherme Couto de. A responsabilidade Civil Objetiva no Direito Brasileiro. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL I.

Código: DIR03789.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria da Constituição (DIR03783).

Ementa: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Direito Constitucional: conceito. Posição da Disciplina no universo do conhecimento jurídico. Relações com disciplinas de outras áreas do conhecimento.
2. Princípios fundamentais da Constituição
3. Direitos e garantias fundamentais
 - 3.1. Dos direitos e deveres individuais e coletivos
 - 3.2. Dos direitos sociais
 - 3.3. Nacionalidade
 - 3.4. Direitos políticos
 - 3.5. Partidos políticos
4. Organização do Estado
 - 4.1. Organização político-administrativo
 - 4.2. União
 - 4.3. Estados federados
 - 4.4. Municípios
 - 4.5. Distrito Federal e Territórios
 - 4.6. Intervenção
5. Administração Pública
 - 5.1. Disposições gerais
 - 5.2. Servidores Públicos
 - 5.3. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
 - 5.4. Regiões

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da

leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 33ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 5ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 25ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia complementar:

ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. 1ª Ed., Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 2008

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2001.

_____. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2009

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. 4ª Ed.; Tomos II, III e IV. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

MORAES, Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. 25ª Ed. , Rio de Janeiro: Atlas, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL II.

Código: DIR09862.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito Penal I (DIR09860).

Ementa: Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão e livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. PENAS.
 - 1.1. Espécies e Regimes.
 - 1.2. Escolas Penais.
 - 1.3. Sistemas penitenciários.
 - 1.4. Penas de morte e prisão perpétua.

2. APLICAÇÃO DA PENA.
 - 2.1. Fixação e cálculo.
 - 2.2. Circunstâncias agravantes e agravantes no concurso de pessoas.
 - 2.3. Reincidência.
 - 2.4. Circunstâncias atenuantes.
 - 2.5. Concurso de crimes: material e formal;
 - 2.6. Crime continuado.
 - 2.7. Erros na execução. Erro quanto ao bem jurídico.
 - 2.8. Resultado diverso do pretendido.
 - 2.9. Suspensão condicional da pena.
 - 2.10. Livramento condicional.
 - 2.11. Efeitos da condenação.
 - 2.12. Reabilitação.

3. MEDIDAS DE SEGURANÇA.

4. AÇÃO PENAL.
 - 4.1. Pública e privada.

4.2. Personalíssima.

5. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE.

5.1. Punibilidade.

5.2. Condições objetivas da extinção de punibilidade:

5.2.1. Pela morte do agente, do cônjuge ofendidos nos crimes de adultério;

5.2.2. Pela anistia, graça e indulto.

5.2.3. Pelo decurso de tempo – abolição do crime – decadência. Perempção.

5.2.4. Pelo decurso de tempo: Prescrição. Conceito. Início. Interrupção. Suspensão. Comunicabilidade. Prazos. Intercorrência.

5.2.5. Pela renúncia do direito de queixa, perdão, retratação.

5.2.6. Pelo casamento do agente com a ofendida ou com quem não seja seu ofensor.

5.2.7. Perdão judicial.

5.2.8. Outros casos de extinção da punibilidade.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral. 8ª edição. São Paulo: RT, 2008.

ZAFFARONI, E. R. & PIERANGELI, J. H. Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral. 8ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NORONHA, E. Magalhães de. Direito Penal: Parte Geral. Vols. I, II e III, 27ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 13ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

CEREZO MIR, José. Derecho Penal: parte general. Buenos Aires: Editorial BdeF, 2008.

DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal – Parte Geral. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: Parte Geral. Vol. I, 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal: Parte Geral. Vol. II, 25 Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: Parte Geral. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

Código: DIR00309.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Estado (DIR09858) e Teoria da Constituição (DIR03783).

Ementa: Conceitos, fontes. Pessoas Internacionais. Organizações Internacionais. Relações entre Estados. A Proteção Universal dos Direitos Humanos e da Democracia. A Repressão Internacional aos Crimes.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Direito e Direito Internacional Público.
2. Fontes do DIP.
3. Subjetividade internacional.
4. Tratados Internacionais mais relevantes.
5. O Estado, como principal ator nas relações internacionais.
6. ONU e demais entes dotados de subjetividade internacional.
7. Direito Humanos: conteúdo e proteção universal.
8. Soluções pacíficas das controvérsias internacionais.
9. O DIP e a Guerra.
10. Globalização e Soberania.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. 13ª Edição. São Paulo – Saraiva 2002.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. Introdução ao Direito Internacional Público. 1ª. edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Direito Internacional da Integração. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

Bibliografia complementar:

MATTOS, Adherbal Meira. Direito Internacional Público. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 2ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2003.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODAS, João Grandino. Tratados Internacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol. I, 2ª Edição. Porto Alegre: safE. , 2003.

QUINTO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III.

Código: DIR09868.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil II (DIR09866).

Ementa: Processo nos Tribunais; Ação Rescisória; Recursos; Teoria Geral dos Recursos Cíveis; Classificação dos Recursos; Pronunciamentos Judiciais sujeitos a Recursos; Juízo de Admissibilidade dos Recursos; Recurso de Terceiro Prejudicado; Princípios Recursais; Recursos em espécie; Apelação; Agravo; Embargo de declaração; Embargos infringentes; Embargos de divergência; Recurso Ordinário Constitucional; Recurso Especial; Recurso Extraordinário; Sucedâneos Recursais.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. RECURSOS:

1.1. Teoria Geral dos Recursos.

1.1.1. Explicações jurídica e sociológica.

1.1.2. Princípios recursais:

- Devido processo legal; duplo grau de jurisdição.
- Duplo grau necessário.
- Unirrecorribilidade.
- Variabilidade.
- Fungibilidade.
- Não *reformatio in pejus*.
- Substituição da sentença.
- Abstração teórica.
- Taxatividade/exemplificatividade.
- Dialeticidade.
- Voluntariedade.
- Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.
- Complementariedade.
- Consumação.

1.1.3. Pressupostos:

- Subjetivos: sucumbência/interesse; legitimidade; competência.

- Objetivos: recorribilidade; tempestividade; singularidade; adequação; preparo; motivação; forma.
- 1.1.4. Recurso adesivo.
- 1.1.5. Desistência, renúncia e aquiescência.
- 1.1.6. Recurso e litisconsórcio.
- 1.1.7. Efeitos do recurso: devolutivo ou reiterativo; suspensivo ou iterativo.
- 1.1.8. Efeitos do julgamento do recurso: expansivo; translativo; substitutivo.
- 1.2. Recursos em Espécie:
- 1.2.1. Apelação.
- 1.2.2. Agravo: de decisões interlocutórias; de instrumento; retido; oral; escrito; inominados e regimentais.
- 1.2.3. Embargos de declaração.
- 1.2.4. Embargos infringentes.
- 1.2.5. Embargos de divergência.
- 1.2.6. Recursos ordinários constitucionais: especial; extraordinário.
- 1.2.7. Correição parcial e total.
- 1.3. Ordem dos processos no tribunal e o processo nos tribunais.

2. AÇÃO RESCISÓRIA:

- 2.1. Natureza.
- 2.2. Cabimento.
- 2.3. Legitimação.
- 2.4. Objeto/mérito.
- 2.5. Hipóteses taxativas.
- 2.6. Diferenças da ação anulatória.
- 2.7. *Judicium rescindens* e *judicium rescisorium*.
- 2.8. Execução definitiva e provisória: medidas cautelares; antecipação de tutela.
- 2.9. Procedimento.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

DIDIER Jr. Fredie. Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Salvador: JusPODIVM, 2006.

JORGE, Flávio Cheim. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ORIONE NETO, Luiz. Recursos Cíveis. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia complementar:

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSIS, Araken. Manual dos Recursos. 2ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Vol. III, 13ª Edição. rev. e atual. segundo o Código Civil de Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor. 10ª Edição. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. III, 23ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. III, 10ª Edição. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DE EMPRESA I.

Código: DIR09863.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Responsabilidade Civil (DIR09861).

Ementa: Teoria Geral; Sociedades Empresárias; Microempresa.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Direito Comercial – Histórico – Objeto do Direito Comercial – Teoria dos Atos de comércio – Teoria da Empresa – Situação Atual no Direito Brasileiro.
2. O Empresário Comercial ou Comerciante – Capacidade de Direito Comercial – Proibidos de Comerciar.
3. Agentes Auxiliares do Comércio – Classificação – Colaboradores – Dependentes e Independentes – Corretores e Leiloeiros.
4. Obrigações Gerais dos Comerciantes – Registro de Empresa – Departamento Nacional do Registro do Comércio – Junta Comercial – Atos do Registro – Procedimentos e Regimes – Comerciante ou Sociedade Irregular – Inatividade da Empresa – Livros comerciais – Espécies de livros comerciais – Regularidade na Escrituração dos Livros Comerciais – Consequências da Irregularidade na Escrituração Comercial – Exibição Judicial e Eficácia Probatória dos Livros Comerciais – Demonstrações Contábeis.
5. Estabelecimento empresarial - conceito e Natureza - Elementos Corpóreos e Incorpóreos - Sobrevalor - Alienação do Estabelecimento Empresarial - Proteção ao Ponto Empresarial.
6. Teoria Geral do Direito Societário - conceito de Sociedade Comercial - Personalização da Seguridade Comercial - Classificação das Sociedades Comerciais - Sociedade Irregular - Desconsideração da Pessoa Jurídica.
7. Sociedades do Código Comercial - Sociedade em Nome Coletivo - Sociedade em Comandita Simples - Sociedade de Capital e Indústria - Sociedade em Cota de Participação.
8. Constituição das Sociedades Contratuais - Natureza do Ato Constitutivo da Sociedade Contratual - Requisitos de Validade do Contrato Social - Cláusulas Contratuais - Forma do Contrato Social - Alteração do Contrato Social.
9. Sócio da Sociedade Contratual - Regime Jurídico do Sócio da Sociedade Contratual - Exclusão de Sócio.

10. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Histórico - Natureza da Sociedade Limitada - Aquisição de cotas pela sociedade - Direito de Retirada - Gerência - Responsabilidade Ilimitada dos Sócios.
11. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Conceito - Estatuto.
12. Sociedades Por Ações - Sociedades Anônimas - Características gerais da sociedade anônima - Classificação - Constituição - Ações: classificação - debêntures - bônus de subscrição - Partes Beneficiárias - *Commercial Paper* - Capital Social - Administração - Assembleia Geral - Conselho de Administração - Diretoria - Conselho Fiscal - Responsabilidade dos Administradores - Direitos Essenciais do Acionista - Direito de Voto - Acordo de Acionistas - Poder de controle - Acionista Controlador, Venda do controle - Demonstrações Financeiras - Reservas, Lucros e Dividendos - Dissolução e Liquidação - Transformação, Fusão, Cisão e Incorporação - Subsidiária Integral - Grupos de Sociedades - Sociedades Controladas e Coligadas - Consórcio - Sociedades de Economia Mista.
13. Sociedade em Comandita por Ações - Regime Jurídico - Responsabilidade dos Diretores - Normas Específicas.
14. Dissolução da Sociedade Contratual - Espécies de Dissolução - Causas de Dissolução Total - Causas de Dissolução Parcial - Liquidação e Apuração da Haveres - Dissolução de Fato.
15. Noções sobre Mercado de Capitais.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais. 17ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol. III, 13ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

FAZZIO, Waldo Júnior. Manual de Direito Comercial. 10ª Edição. São Paulo: Atlas. 2009.

MAMEDE, Gladston. Direito Societário: Sociedades Simples e Empresárias – Direito Empresarial Brasileiro. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007

NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresas. Vol. III, 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Vol. I, 28ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I.

Código: DIR00314.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Processo (DIR09859) e Teoria Geral do Direito Penal II (DIR09862).

Ementa: Princípios do Processo Penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Competência. Questões e Processos incidentes.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Princípios e noções do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal.
2. Inquérito Policial. Conceito, natureza, finalidade e procedimento. Sua função no processo penal. Seu valor probante no atual sistema da legislação processual brasileira. Atos principais. Atos principais do inquérito policial. Dispensabilidade do inquérito.
3. Da ação penal: Considerações gerais e teorias do direito de ação. Condições da ação. Pressupostos do processo. Divisão ou classificação. Conceito e definição. Condições da Ação Geral. Ação Penal Pública Incondicionada, Ação Penal Pública Condicionada e Ação Penal Privada. Denúncia e Queixa. Da Ação Cível. Reparação *ex delicto*. Execução. Legitimidade.
4. Da competência.
5. Das questões e Processos Incidentes.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. 1ª Edição. São Paulo: Russel, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 18ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: RT, 2006.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PENAL I.

Código: DIR09867.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito Penal II (DIR09862).

Ementa: Crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. CRIMES CONTRA A PESSOA.

1. Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. Infanticídio.
2. Aborto: pela própria gestante. Com ou sem consentimento.
3. Lesões corporais.
4. Da periclituação da vida e da saúde.
5. Crime de rixa.
6. Crimes contra a honra: Calúnia. Difamação e Injúria.
7. Crimes contra a liberdade individual: Pessoal. Domicílio. Correspondência. Segredos.
8. Crimes contra o sentimento religioso.
9. Crimes contra o respeito aos mortos.

2. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.

1. Crime de furto.
2. Crime de roubo.
3. Crime de extorsão.
4. Da usurpação.
5. Crimes de dano.
6. Da apropriação indébita.
7. Do estelionato e outras fraudes.
8. Da receptação.
9. Disposições gerais quanto aos crimes contra o patrimônio.
10. Dos crimes contra a propriedade imaterial: intelectual, em geral e sobre programas de computador. Privilégio de invenção. Marcas e patentes. Concorrência desleal.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 2, 10ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: parte especial, Vol. 2, 30ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de Direito Penal. 5ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Especial, Vol. 2, 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar. 2010.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Especial. Vol. 2, 7ª Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabrini. FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal: Parte Especial. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 6ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal: Parte Especial. Vol. 2, 2ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO.

Código: DIR09864.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Constitucional I (DIR03789).

Ementa: Formação, conceitos e fontes do Direito do Trabalho. Objetivo, divisão e importância. Direito tutelar do trabalho. Contrato individual de trabalho. Relação de emprego. Identificação profissional. Direito do trabalho na constituição. Direitos dos trabalhadores e das empresas: nascimento, desenvolvimento e extinção. Ideologias políticas e o direito do trabalho. Higiene e segurança no trabalho.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. O DIREITO DO TRABALHO.

1.1. Formação Histórica. Conceito. Terminologia. Objetivo. Divisão. Importância do Direito do Trabalho. Autonomia. Fontes.

1.2. Princípios Peculiares. Interpretação e Aplicação. Renúncia e Transação.

1.3. A Constitucionalização do Direito Trabalhista.

2. A RELAÇÃO DE EMPREGO.

2.1. Relação de Emprego: Natureza Jurídica. Caracterização da Relação de Emprego: importância do assunto. Sujeitos da Relação de Emprego: a) o empregado: conceito. Empregado Rural. Trabalhadores excluídos da proteção legal. Identificação Profissional; b) o empregador: conceito. Empregador, empresa e estabelecimento. Poder Hierárquico. Solidariedade e sucessão trabalhista.

2.2. Contrato de Trabalho. Classificação. Natureza Jurídica. Denominação. Conceito. Morfologia. Limites à Autonomia Individual no contrato individual de trabalho. Nulidade do contrato individual de trabalho. Espécies do contrato individual de trabalho. Contratos afins. Obrigações do empregado e do empregador.

2.3. Execução do Contrato de Trabalho. Salário: breve histórico; natureza jurídica, conceito; remuneração e salário; classificação do salário; elementos integrantes do salário; proteção ao salário; salário mínimo; salário família; equiparação salarial. Tempo de serviço: o art. 4º da CLT. Suspensão e interrupção do contrato de emprego. Duração do trabalho: jornada de trabalho e repouso; turnos ininterruptos de revezamento. Alteração do contrato de trabalho. Terminação do contrato de trabalho. Estabilidade, garantia no emprego, indenização e FGTS. Aviso prévio. Trabalho da mulher e do menor.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2008.

SARAIVA, Renato. Direito do trabalho. 2. ed. São Paulo: Método, 2009.

Bibliografia complementar:

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo: Ltr, 2009.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de direito do Trabalho. São Paulo: Método, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. Direito do trabalho: primeiras linhas. Curitiba: Juruá, 1997.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 25ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

SUSSEKIND, Arnaldo. Curso de direito do trabalho. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SEXTO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV.

Código: DIR09870.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil III (DIR09868).

Ementa: Teoria geral da execução – Noções Gerais, Requisitos, Títulos judiciais e Extrajudiciais, Sentença como título de Execução, Liquidação de Sentença, Sujeitos no Processo de Execução, Competência, os Bens no Processo de Execução, Responsabilidade Patrimonial, Fraude à Execução; Princípios Gerais do Processo de Execução; As Diversas Espécies de Execução – Execução para entrega de Coisa, Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer, Execução por Quantia Certa, Penhora, Depósito, Arrematação, Avaliação, Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, Execução contra a Fazenda Pública, Execução da Prestação Alimentícia; Resistência do Devedor e de Terceiros: Embargos, Embargos à execução fundada em título. Extrajudicial, Embargos à Arrematação e à Adjudicação, Embargos à execução por carta; crises da execução – Suspensão do Processo de Execução, Extinção do Processo de Execução; Sistema Recursal.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. A execução: conceito e sinopse histórica.
2. Natureza jurídica da execução. A execução forçada.
3. Da relação jurídico-processual executiva: partes, legitimidade, causas de pedir remota e próxima, pedidos mediato e imediato.
4. O juiz no processo executivo: atuação e restrições.
5. As obrigações alternativas e o direito de escolha. As obrigações condicionais. A cumulação de execuções. A indenização por danos oriundos da declaração de inexistência de obrigação.
6. A competência no processo de execução: foro, matéria, lugar, pessoa e valor da causa. A competência nas execuções fiscais.
7. Dos requisitos necessários a qualquer execução: inadimplência e o título. Os títulos executivos: judiciais e extrajudiciais, no CPC e na legislação extravagante. Execução definitiva. Execução provisória. Cautelas.

8. Da responsabilidade patrimonial. Bens do devedor. A fraude à execução. Bens em poder de terceiros. Sucessores. Sócios. Cônjuge. Fiador. Avalista. Benefício de ordem.
9. A aplicação das regras do processo de conhecimento. Os atos atentatórios à dignidade da Justiça no processo de execução: hipóteses e sanções. A execução de prestação alimentícia: constituição de capital e cláusulas judiciais que sobre ele pesam.
10. A liquidação de sentença: por cálculos aritméticos, por arbitramento e por artigos.
11. Das Execuções em espécie. Disposições gerais. Direito de preferência. Petição inicial. Medidas acautelatórias cumuláveis na exordial. A nulidade da execução. A norma do meio executivo menos gravoso: incidência e limites.
12. Das Execuções para a entrega de coisa. A coisa certa e a coisa incerta. Depósito. Mandados de imissão na posse e de busca e apreensão. O terceiro adquirente. A conversão em perdas e danos. As benfeitorias e o dever de indenizar.
13. Da execução das obrigações de fazer e não fazer. As obrigações fungíveis e infungíveis: a execução por terceiro e a conversão em perdas e danos.
14. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. A penhora: conceito e generalidades. Os bens penhoráveis e impenhoráveis. A ordem legal. A ineficácia da nomeação. A remição da execução. A penhora de crédito e de outros direitos patrimoniais. A penhora sobre estabelecimento comercial, industrial e agrícola. A penhora de semoventes, plantações e edifícios em construção.
15. A avaliação. A arrematação. Conceitos e generalidades. Procedimentos.
16. O pagamento do credor: disposições gerais, entrega de dinheiro, a adjudicação e o usufruto de imóvel ou empresa.
17. A execução contra a Fazenda Pública. Precatório. Precatório complementar. Art. 100 da Constituição Federal.
18. Da execução de prestação alimentícia. Prisão civil.
19. A defesa do devedor: os embargos e sua fisionomia jurídica atual. Rejeição liminar dos embargos. Matéria arguível em embargos. Embargos à execução fundada em sentença. Embargos à execução de título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação.
20. Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. A insolvência: conceito e caracterização. Legitimidade para requerer a insolvência. A declaração judicial da insolvência. O concurso de credores. A apuração e classificação dos créditos. A remição.
21. Da suspensão e da extinção do processo de execução.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2008. Vol. 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cautelar. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Vol. 2.

Bibliografia complementar:

ALVIM, J. E. Carreira, CABRAL, Luciana Gontijo Carreira Alvim. Cumprimento da sentença. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Araken de. Cumprimento da sentença. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. Execução civil nos juizados especiais. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Manual do processo de execução. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BUENO, Cássio Scarpinella. A nota etapa da reforma do código de processo civil. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1 e 2.

CÂMARA, Alexandre Freitas. A nova execução de sentença. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2006.

_____. Lições de direito processual civil. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2006. Vol. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução civil. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MARCATO, Antônio Carlos (Coord.). Código de processo civil interpretado. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. Código de processo civil e legislação processual civil em vigor. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cautelar. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. Vol. 2.

_____. A reforma da execução de título extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II.

Código: DIR00315.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Penal I (DIR00314).

Ementa: Prova. Juiz. Ministério Público. Acusado e Defensor. Assistentes. Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes. Prisão e liberdade provisória. Citações e Intimações. Sentença.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DA PROVA.

- 1.1. Disposições gerais.
- 1.2. Do exame do corpo de delito, e das perícias em geral.
- 1.3. Do interrogatório do acusado.
- 1.4. Da confissão.
- 1.5. Das perguntas ao ofendido.
- 1.6. Das testemunhas.
- 1.7. Do reconhecimento de pessoas e coisas.
- 1.8. Da acareação.
- 1.9. Dos documentos.
- 1.10. Dos indícios.
- 1.11. Da busca e apreensão.

2. DOS SUJEITOS DO PROCESSO.

- 2.1. Do Juiz.
- 2.2. Do Ministério Público.
- 2.3. Do acusado e seu defensor.
- 2.4. Dos assistentes.
- 2.5. Dos funcionários da justiça.
- 2.6. Dos peritos e intérpretes.

3. DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.

- 3.1. Disposições Gerais.
- 3.2. Da prisão em flagrante.

- 3.3. Da prisão preventiva
- 3.4. Da apresentação espontânea do acusado.
- 3.5. Da prisão administrativa.
- 3.6. Da especial.
- 3.7. Da liberdade provisória, com ou sem fiança.

4. DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.

5. DA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE INTERDIÇÕES DE DIREITOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.

6. SENTENÇA.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. 1ª Edição. São Paulo: Russel, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 18ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: RT, 2006.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DAS COISAS.

Código: DIR03795.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito de Empresa I (DIR09863).

Ementa: A posse. A propriedade. A função social e o Direito das Coisas. Os direitos reais sobre coisas alheias.

Objetivos: 1) Desenvolver comprometimento ético e posicionamento crítico em relação aos aspectos político-sociais e jurídicos do Direito das Coisas; raciocínio jurídico ágil, preciso e autônomo, diante de situações concretas ou hipotéticas; capacidade de pesquisa e produção de conhecimento próprio; 2) Familiarizar-se com os princípios pertinentes ao Direito das Coisas e adquirir conhecimentos teórico-práticos, com ampla base doutrinária e jurisprudencial, atualizados de acordo com a legislação vigente; visão das modernas tendências nacionais e estrangeiras, legislativas, doutrinárias ou jurisprudenciais; 3) Distinguir: direitos reais e obrigacionais, obrigação *propter rem*; direito de propriedade e direito à propriedade; posse, detenção, propriedade e direitos reais sobre coisa alheia, e estes uns dos outros; direitos reais de gozo, de garantia e de aquisição; modos e títulos de aquisição da posse e da propriedade de bens móveis e imóveis, enumerando os efeitos do registro; modos originários e derivados de aquisição da propriedade, enumerando suas consequências práticas; uso, abuso, uso anormal e desvio de uso da coisa; direitos, abusos de direito e obrigações dos condôminos; condomínio tradicional, forçado e de edifício; 4) Aplicar o direito a situações concretas ou hipotéticas, assumindo e fundamentando posicionamento ético, político-sociais e jurídicos tecnicamente corretos e precisos, ou razoáveis quando a hipótese admitir controvérsia; 5) Criar, fundamentar e defender teses próprias, consentâneas à legislação, doutrinária e jurisprudência, quando estas não oferecerem respostas evidentes às situações concretas ou hipotéticas apresentadas.

Conteúdo programático:

1. O DIREITO DAS COISAS.
 - 1.1. Conteúdo.
 - 1.2. Características gerais.
 - 1.3. Princípios fundamentais.
 - 1.4. Relação jurídica de direito real.

2. DA POSSE.

- 2.1. Noções gerais.
- 2.2. Classificação da posse.
- 2.3. Aquisição e perda da posse.
- 2.4. Efeitos da posse.
- 2.5. Manutenção e reintegração da posse.

3. DA PROPRIEDADE.

- 3.1. Disposições gerais sobre os direitos reais.
- 3.2. Da propriedade em geral.
- 3.3. Modos de aquisição da propriedade imóvel.
- 3.4. Modos de aquisição da propriedade móvel.
- 3.5. Perda da propriedade.
- 3.6. Direitos de vizinhança.
- 3.7. Condomínio.
- 3.8. Propriedade resolúvel e *ad tempus*.
- 3.9. Propriedade aparente.
- 3.10. Propriedade fiduciária.

4. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.

- 4.1. Enfitese.
- 4.2. Superfície.
- 4.3. Servidões.
- 4.4. Usufruto.
- 4.5. Uso.
- 4.6. Habitação.
- 4.7. Penhor.
- 4.8. Hipoteca.
- 4.9. Anticrese.
- 4.10. Direito real de aquisição – promessa de compra e venda.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALDO, Nelson. Direitos reais. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

GOMES, Orlando. Direitos reais. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Bibliografia complementar:

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Vol. V, São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro. Vol. V, São Paulo: Saraiva, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL II.

Código: DIR00301.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Constitucional I (DIR03789).

Ementa: Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Defesa dos Estados e Instituições Democráticas. Disposições Constitucionais Transitórias.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Organização dos Poderes
 - 1.1. Poder Legislativo
 - 1.2. Poder Executivo
 - 1.3. Poder Judiciário
 - 1.4. Funções essenciais à Justiça
2. Processo de elaboração legislativa
3. Controle de Constitucionalidade
4. Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas
5. Disposições Constitucionais transitórias

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 33ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 5ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 25ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia complementar:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 24ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 12ª Edição. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. 4ª Ed.; Tomos II, III e IV. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

MORAES, Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. 25ª Ed. , Rio de Janeiro: Atlas, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PENAL II.

Código: DIR09869.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Penal I (DIR09867).

Ementa: Crimes contra os costumes, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública e contra a administração pública.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES.
 1. Dos crimes contra a liberdade sexual.
 2. Da sedução e da corrupção de menores.
 3. Do rapto.
 4. Disposições gerais aos crimes contra a liberdade sexual de sedução.
 5. Do lenocínio e do tráfico de mulheres.
 6. Do ultraje público ao pudor.
2. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.
3. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.
4. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.
5. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.
6. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 2, 10ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: parte especial, Vol. 2, 30ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de Direito Penal. 5ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Especial, Vol. 2, 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar. 2010.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Especial. Vol. 2, 7ª Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabrini. FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal: Parte Especial. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 6ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal: Parte Especial. Vol. 2, 2ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SÉTIMO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V.

Código: DIR09872.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil IV (DIR09870).

Ementa: Teoria Geral da Tutela de Urgência: Tempo e Processo; Provisoriamente; Sumariedade; Execução na Urgência; Cognição. Tutela Antecipada; Tutela Específica; Suspensão da Segurança; Teoria Geral do Processo Cautelar; Algumas Cautelares específicas; Arresto; Arrolamento; Caução; Busca e Apreensão..

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. A tutela de urgência e o processo cautelar: conceito e origem. Evolução histórica. Principais teorias.
2. Escopo da tutela cautelar: tutela substancial x tutela instrumental.
3. As condições específicas da ação cautelar: o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*
4. A autonomia do processo cautelar.
5. A oitiva da parte contrária.
6. A liminar.
7. A medida cautelar em 2º grau de jurisdição.
8. A competência.
9. A substitutividade e a fungibilidade das medidas cautelares.
10. A concessão e a revogação *ex officio*.
11. O Poder geral de cautela.
12. As medidas cautelares atípicas ou inominadas.
13. A cessação de eficácia das medidas cautelares.
14. A indenização pelos danos causados pela execução da medida.
15. As medidas cautelares típicas ou nominadas.
16. Medidas que não possuem natureza jurídica de cautela, conquanto arroladas como se cautelares fossem.
17. Do arresto, hipótese de cabimento. A casuística legal. Requisitos. A justificação prévia. Convolação em penhora. Suspensão e cessação. Aplicação subsidiária das regras da penhora.

18. Do seqüestro. Cabimento. Nomeação de depositário. Aplicação das regras atinentes ao arresto.
19. Da caução. Espécies. Quem pode caucionar. Requisitos da petição inicial. Do julgamento antecipado da ação de caução. O reforço de caução.
20. Da busca e apreensão. Busca e apreensão de coisas e pessoas. Justificação prévia.
21. Cumprimento.
22. Da exibição. Coisa móvel e documento. Aplicação das regras do processo de conhecimento.
23. Da produção antecipada de provas (*ad perpetum rei memoriam*). O interrogatório da parte. A inquirição de testemunhas. O exame pericial. Justificação sumária da necessidade da antecipação. Fatos sobre os quais pode incidir a antecipação.
24. Os alimentos provisionais. Hipótese de cabimento. A investigação de paternidade. A liminar. A competência da 1º instância, ainda que a causa esteja em 2º grau de jurisdição.
25. Do arrolamento de bens. Justificado temor de extravio. Legitimidade. Petição inicial. Justificação prévia. Diligência de cumprimento.
26. Da justificação. Finalidade. A citação dos interessados. A inquirição de testemunhas. A ausência de contraditório no processo de justificação.
27. Dos protestos, notificações e interpelações. Finalidade. Petição inicial e indeferimento de plano do pedido. Contraproposto. Encerramento do feito e destino dos autos. Homologação do penhor legal. Natureza da medida processual. Procedimento. Sentença. Execução.
28. Da posse em nome do nascituro. Conceito. Natureza de ação. Legitimação. Procedimento. Sentença.
29. Atentado. Conceito. Cabimento. Permissivos legais. Exame da casuística legal. Legitimidade. Competência. Procedimento. Sentença. Perdas e danos.
30. Outras medidas provisionais específicas.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

CÂMARA. Alexandre Freitas. Lições de Processo Civil – Volume II. Lumen Júris.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela cautelar e tutela antecipatória. Revista dos Tribunais.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da Silva. Curso de Processo Civil – Volume 3 – Processo Cautelar (Tutela de Urgência), São Paulo.: RT.

Bibliografia complementar:

ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto; LACERDA, Galeno. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro : Forense, 2002, vol. 8, tomo 2.

CALMON, Eliana. Tutelas de Urgência, Revista Jurídica, Porto Alegre : Notadez, ano 047, nº 269, março 2000, p.6-14.

CARPENA, Márcio Louzada. “Do Processo Cautelar Moderno”, 2ª edição. Forense : Rio de Janeiro. 2006.

DA CUNHA, Alcidez Munhoz. Comentários ao Código de Processo Civil. Volume 11. São Paulo. RT.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado “Breves notas sobre procedimentos antecipatórios, cautelares e liminares”. Revista Ajuris, Poto Alegre : Ajuris, ano 23, nº 66, p. 17, amr., 1996.

LACERDA, Galeno. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro : Forense, 2002, vol. 8, tomo 1.

LARA, Betina Rizzato. Liminares no processo civil. 2ª Ed. São Paulo. RT, 1994.

PEREIRA, Luiz Fernando C. Fungibilidade das Tutelas de Urgência – Aplicações do § 7º, do art. 273, do CPC. Revista Dialética de Direito Processual. Dialética : São Paulo, nº 12, p. 113, mar. 2004.

SHIMURA, Sérgio Seiji. Arresto Cautelar. São Paulo. RT, 1993.

____. Ação Cautelar Inominada no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro : Forense.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Volume II. Forense.

WATANABE, Kazuo. Da Cognição no Processo Civil; Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo.

ZAVASCKI, Teori Albino. Antecipação da Tutela; Ed. Saraiva, São Paulo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL III.

Código: DIR03798.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Penal II (DIR00315).

Ementa: Processo comum. Processos Especiais. Processo nos Tribunais. Nulidades.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DO PROCESSO COMUM.

- 1.1. Da instrução criminal.
- 1.2. Do processo dos crimes da competência do Júri.
- 1.3. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.
- 1.4. Da função do jurado.
- 1.5. Da organização do júri.
- 1.6. Do julgamento pelo júri.
- 1.7. Das atribuições do presidente do Tribunal de Júri.
- 1.8. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.

2. DOS PROCESSOS ESPECIAIS.

- 2.1. Do processo e do julgamento dos crimes de falência.
- 2.2. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 2.3. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular.
- 2.4. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.
- 2.5. Do processo sumário.
- 2.6. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos.
- 2.7. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.
- 2.8. Criança e Adolescente.

3. DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS.

4. DAS NULIDADES.

- 4.1. Nulidades em geral.
- 4.2. Nulidades em espécie.
- 4.3. Arguição.
- 4.4. Saneamento.
- 4.5. Efeitos.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: RT, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I.

Código: DIR00302.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Constitucional II (DIR00301) e Direito do Trabalho (DIR09864).

Ementa: Direito administrativo. Evolução. Regime jurídico-administrativo. Função administrativa. Princípios regentes da Administração Pública e Responsabilidade do Estado. Administração Pública Direta. Administração Pública Indireta. Deveres/Poderes/Competências da Administração Pública. O terceiro setor. Agentes Públicos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DIREITO ADMINISTRATIVO.

- 1.1. Noção e objeto.
- 1.2. Origem e desenvolvimento no mundo e no Brasil.
- 1.3. Características do Direito Administrativo.
- 1.4. O Direito Administrativo e suas relações com outros ramos do Direito.
- 1.5. Direito Administrativo e ciência da Administração.
- 1.6. Fontes do Direito Administrativo.

2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.

- 2.1. Os regimes público e privado na Administração Pública.
- 2.2. Princípios da Administração Pública: legalidade, supremacia do interesse público, impessoalidade, presunção de legitimidade, presunção de veracidade, especialidade, controle ou tutela, autotutela, hierarquia, continuidade do serviço público, publicidade, moralidade administrativa, razoabilidade e motivação.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- 3.1. Noção de Administração Pública.
- 3.2. Administração Pública e Governo quanto aos aspectos objetivos e subjetivos.
- 3.3. Administração pública no Estado Federal.
- 3.4. Órgãos públicos.

- 3.5. Hierarquia.
- 3.6. Descentralização e desconcentração administrativa.

4. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

- 4.1. Estrutura da Administração Direta federal, estadual e municipal.
- 4.2. Administração do Distrito Federal.

5. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

- 5.1. Autarquias.
- 5.2. Fundações Públicas.
- 5.3. Empresas Públicas.
- 5.4. Sociedades de Economia Mista.
- 5.5. Processo de criação das Administrações Indiretas.
- 5.6. Regime jurídico e extinção.
- 5.7. O Decreto Lei 200/67.
- 5.8. Agências.

6. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- 6.1. Poder de Polícia.
- 6.2. Regulamento.
- 6.3. Conceito de Poder de Polícia.
- 6.4. Características.
- 6.5. Objeto.
- 6.6. Polícia.
- 6.7. Polícia Administrativa e Judiciária: diferenciação.
- 6.8. Discricionariedade e vinculação do Poder de Polícia.
- 6.9. Limites ao Poder de Polícia.
- 6.10. Autoexecutoriedade dos atos de Polícia.
- 6.11. Sanções e meios de controle.

7. SERVIDORES PÚBLICOS.

- 7.1. Agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração.
- 7.2. Cargo público, emprego público e função pública.
- 7.3. Acessibilidade aos cargos públicos.
- 7.4. Provimento.
- 7.5. Vacância.
- 7.6. Normas estaduais aplicáveis aos servidores estatutários.
- 7.7. Regimes jurídicos de trabalho.
- 7.8. Regime jurídico único.
- 7.9. Estabilidade e vitaliciedade.
- 7.10. Regras sobre acumulação de cargos.
- 7.11. Exercício de mandato eletivo.
- 7.12. Aposentadoria e disponibilidade.
- 7.13. Contagem de tempo de serviço.
- 7.14. Responsabilidade administrativa, civil e criminal.
- 7.15. Comunicabilidade das instâncias.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da

leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Edição, Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 7ª Edição, atual. , rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

JUSTEM FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DE FAMÍLIA.

Código: DIR03793.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito das Coisas (DIR03795).

Ementa: Direito Pessoal de família. Casamento. Parentesco. Direito patrimonial de Família. Regime de Bens. Alimentos. União Estável. Bem de Família. Tutela e Curatela.

Objetivos: 1) Familiarizar o aluno com os institutos de Direito de Família, ressaltando as características especiais do Direito matrimonial e assistencial e os aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais das relações familiares e conjugais; 2) Sensibilizar para a problemática da família, preparando para uma atuação responsável e consciente, que leve sempre em consideração o bem estar dos filhos e as condições psicológicas do casal; 3) Comparar a sociedade conjugal com a sociedade de fato, analisando as consequências jurídicas; 4) Analisar a matéria de forma compatível com as transformações sociais e jurídicas.

Conteúdo programático:

1. DIREITO PESSOAL DE FAMÍLIA.

- 1.1. Família.
- 1.2. Princípios do Direito de Família.
- 1.3. Casamento.
- 1.4. Causas impeditivas e suspensivas do casamento.
- 1.5. Efeitos pessoais e sociais do casamento.
- 1.6. Direitos e deveres dos cônjuges.
- 1.7. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
- 1.8. Separação.
- 1.9. Divórcio.
- 1.10. Parentesco.
- 1.11. Filiação.
- 1.12. Reconhecimento de filhos.
- 1.13. Adoção.
- 1.14. Poder familiar.

2. DIREITO PATRIMONIAL DE FAMÍLIA.

- 2.1. Regime de bens.

- 2.2. Comunhão universal.
- 2.3. Comunhão parcial.
- 2.4. Participação final dos aquestos.
- 2.5. Separação total.
- 2.6. Separação obrigatória.
- 2.7. Alimentos. Aspectos materiais e processuais.
- 2.8. Bem de família.

3. UNIÃO ESTÁVEL.

4. TUTELA E CURATELA.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito Civil: Direito das Famílias. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. II, 22ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia complementar:

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 5ª Edição. São Paulo: RT, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 26ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito Civil: Estudos. 1ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

LÔBO, Paulo. Famílias. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MADALENO, Rof. Curso de Direito de Família. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PENAL III.

Código: DIR09871.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Penal II (DIR09869).

Ementa: Leis penais especiais (extravagantes).

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Crimes contra o consumidor.
2. Crimes contra o meio ambiente
3. Sanções penais previstas na Lei 9.434/97 (transplante de órgãos)
4. Crimes Hediondos.
5. Crime de Genocídio (incluindo uma abordagem do Tribunal Penal Internacional)
6. Crimes de Tortura.
7. Crimes na Lei das Armas de Fogo.
8. Crimes de imprensa.
9. Crimes de Trânsito.
10. Lei Penal e o estrangeiro.
11. Crimes Previdenciários.
12. Crime Organizado.
13. Crimes contra o sistema financeiro nacional
14. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.
15. Enriquecimento ilícito e atos de improbidade dos agentes públicos
16. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
17. Crimes eleitorais.
18. Abuso de autoridade
19. Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal.
20. Sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar 105/2001)
21. Crimes de informática.
22. Crimes propriedade industrial e propriedade intelectual de programa de computador

23. Crimes de responsabilidade do Presidente da República, Ministros, Governadores e Secretários de Estados
24. Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores.
25. Contravenções Penais.
26. Crimes Falimentares.
27. Menor infrator. Estatuto da Criança e do Adolescente: Prática de ato infracional. Medida de Proteção. Medida sócio-educativa. Crimes e das infrações administrativas.
28. Crimes militares.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

BITENCOURT, Cezar. Manual de Direito Penal. 2v. São Paulo: Saraiva

DAMASIO, E. de Jesus. Direito penal.. 4v. São Paulo: Saraiva.

DELMANTO, Celso. Código penal anotado. Rio de Janeiro: Renovar

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense

FRANCO,Alberto Silva (Coord.) . Código penal e sua interpretação jurisprudencial..Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais

FRANCO,Alberto Silva (Coord.). Leis Penais e sua interpretação jurisprudencial. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais

Bibliografia complementar:

HERKENHOFF, Henrique G., Novos Crimes Previdenciários. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MIRABETE, J. Fabrini. Manual de Direito Penal. , 3v. São Paulo:Atlas.

NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. 4v. Rio de Janeiro: Forense.

OITAVO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL IV.

Código: DIR00326.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Penal III (DIR03798).

Ementa: Recursos. Lei n 9.099/95 – Juizados Especiais Criminais (Estaduais e Federais). Noções gerais de execução.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. DOS RECURSOS.
 - 1.1. Disposições Gerais.
 - 1.2. Do recurso em sentido estrito.
 - 1.3. Da apelação.
 - 1.4. Do protesto por novo júri.
 - 1.5. Do processo e do julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos Tribunais.
 - 1.6. Dos embargos.
 - 1.7. Da revisão.
 - 1.8. Do recurso extraordinário.
 - 1.9. Do Recurso Especial.
 - 1.10. Do Recurso Ordinário.
 - 1.11. Agravo.
 - 1.12. Da carta testemunhável.
 - 1.13. Correição.
 - 1.14. Do *Habeas Corpus*.
 - 1.15. Do Mandado de Segurança.

2. LEI Nº 9.099/95.
 - 2.1. Competência e atos processuais.
 - 2.2. Fase preliminar.
 - 2.3. Procedimento Sumaríssimo.
 - 2.4. Execução.
 - 2.5. Despesas processuais.
 - 2.6. Disposições finais.

3. DA EXECUÇÃO.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: RT, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DAS SUCESSÕES.

Código: DIR03799.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito de Família (DIR03793).

Ementa: A sucessão legítima. A sucessão testamentária. Inventário e Partilha.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. SUCESSÃO EM GERAL.

- 1.1. Abertura da sucessão.
- 1.2. Transmissão da herança.
- 1.3. Espécies de sucessões e sucessores.
- 1.4. Administração da herança.
- 1.5. Legitimação para suceder ou ordem de vocação hereditária.
- 1.6. Aceitação e renúncia da herança.
- 1.7. Excluídos da sucessão.
- 1.8. Herança jacente.
- 1.9. Herança vacante.
- 1.10. Petição de herança.

2. SUCESSÃO LEGÍTIMA.

- 2.1. Herdeiros necessários.
- 2.2. Ordem de vocação hereditária.
- 2.3. Direito de representação.

3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.

- 3.1. Testamento em geral.
- 3.2. Capacidade de testar.
- 3.3. Formas de testar.
- 3.4. Codicilos.
- 3.5. Testamentos especiais.
- 3.6. Disposições testamentárias.
- 3.7. Legados.

4. INVENTÁRIO E PARTILHA.

4.1. Inventário.

4.2. Pagamento de dívidas.

4.3. Colaço.

4.4. Partilha.

4.5. Anulação da partilha.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito civil brasileiro: Direito das sucessões. Volume 6. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito civil. Sucessões. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

CAHALI, Francisco José e HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Curso avançado de direito civil. Direito das sucessões. 2.ed. São Paulo: RT, 2003. V.6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: Direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007. V. 7.

PACHECO, José da Silva. Inventários e partilhas. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito civil. Direito das sucessões. V.6. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das sucessões. 2.ed. Rio de Janeiro, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. Direito das sucessões. V.7. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI.

Código: DIR09873.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil V (DIR09872).

Ementa: Teoria Geral dos Procedimentos Especiais; Procedimentos Especiais Codificados; Procedimentos especiais nas obrigações; Ação de consignação em pagamento; Ação de depósito; Ação de prestação de Contas; Procedimentos Especiais nos direitos reais; Ação Possessória; Ação de nunciação de obra nova; Ação de usucapião; Embargos; Procedimentos especiais; Mandado de Segurança; Ações Coletivas; Ações do Inquilinato.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CODIFICADOS.

1.1. Ações de consignação em pagamento.

1.2. Ação de depósito.

1.3. Da ação de prestação de contas.

1.4. Das ações possessórias. Procedimentos. Da manutenção da posse. Da reintegração de posse. Do interdito proibitório. Da ação de nunciação de obra nova. Embargos extrajudiciais.

1.5. Ação de usucapião de terras particulares. A usucapião como defesa processual. A usucapião de coisa comum.

1.6. Da ação de divisão e demarcação de terras particulares.

1.7. Do inventário e da partilha.

1.8. Embargos de terceiros.

1.9. Da Habilitação. Cabimento. Legitimidade. Procedimento.

1.10. Da Restauração de Autos.

1.11. Das vendas a credito com reserva de domínio.

1.12. Ação monitória.

1.13. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

2. PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.

2.1. Os princípios informativos do processo perante os Juizados Especiais na justiça estadual e federal.

- 2.2. Competência *ratione materiae*: valor da causa, ações de rito sumário, ação de despejo para uso próprio e processórias vinculadas ao valor da causa.
- 2.3. Execução dos julgados.
- 2.4. Causas expressamente excluídas da competência dos Juizados Especiais.
- 2.5. Competência *ratione loci*: domicílio do réu; escolha do autor; local do ato ou fato nas ações de reparação de danos.
- 2.6. Os juizes togados e leigos e os conciliadores nos Juizados Especiais.
- 2.7. A quebra do princípio dispositivo.
- 2.8. Autorização para julgamento por equidade.
- 2.9. As partes.
- 2.10. A assistência por advogado.
- 2.11. Dos atos processuais.
- 2.12. Do Pedido. O pedido genérico. A ausência de reconvenção. O pedido contraposto.
- 2.13. Das citações e intimações.
- 2.14. Correspondência e oficial de justiça. Dispensa de mandado.
- 2.15. Da revelia.
- 2.16. Da Conciliação e do Juízo Arbitral.
- 2.17. Da Instauração e Julgamento.
- 2.18. Da resposta do réu.
- 2.19. Das provas.
- 2.20. Da Sentença.
- 2.21. Dos Recursos: Competência do próprio juizado.
- 2.22. Embargos de Declaração.
- 2.23. Recurso Extraordinário para o STF.
- 2.24. Da Extinção do Processo, com e sem julgamento do mérito.
- 2.25. Da Execução e das despesas processuais.

3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EXTRACODIFICADOS.

- 3.1. Ação popular.
- 3.2. Ação civil pública.
- 3.3. Mandado de segurança individual.
- 3.4. Mandado de segurança coletivo.
- 3.5. Mandado de injunção.
- 3.6. *Habeas data*.

4. QUESTÕES ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 4.1. A coisa julgada nas ações que objetivam a defesa dos direitos/interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Visão tradicional da coisa julgada: formação histórica do CPC e sua conotação individualista. O surgimento dos direitos de 2ª e 3ª gerações e a necessidade de reformulação das eficácias objetiva e subjetiva da *res judicata*. Função teleológica da coisa julgada. O dilema fundamental: segurança x justiça. A imutabilidade da coisa julgada e o surgimento de novas tecnologias probatórias capazes de infirmar o comando da sentença transitada em julgado. O DNA e outras provas.
- 4.2. Ação de Alimentos
- 4.3. Visão geral da legitimidade na defesa dos direitos de 3ª e 4ª geração.
- 4.4. Questões processuais referentes à litispendência e conexão e seus desdobramentos no campo da competência e prevenção.

4.5. A competência constitucional para os Estados legislarem sobre procedimento. Âmbito de aplicabilidade na legislação supletiva dos procedimentos referentes às ações constitucionais. Distinção entre processo e procedimento. Elaboração de propostas de projeto de lei visando disciplinar lacunas nestes procedimentos.

4.6. Ações locatícias

4.7. Ação de Desapropriação: urbana e rural.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. São Paulo: Malheiros, 2006.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia complementar:

FABRÍCIO, Adrualdo Furtado. Comentários ao Código de processo Civil. Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Procedimentos especiais. São Paulo: Saraiva, 1999.

MARCATO, Antonio Carlos. Ação de consignação em pagamento. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data", Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. atualizado por Arnold Wald. São Paulo: Malheiros Editores. 2006

TALAMINI, Eduardo. Tutela monitoria: a ação monitoria - lei 9.079/95. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.

Código: DIR09878.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil V (DIR09872).

Ementa: Propiciar ao discente o comprometimento social mediante estágio realizado em escritórios de advocacia, órgão da administração pública e congêneres, supervisionado pelo docente da disciplina. Tudo visando a que, cientes de seu papel de agentes sociais, realizem sua contribuição decisiva na transformação do Brasil em uma nação orientada ao progresso de todos os brasileiros é sim a verdadeira e principal função de qualquer curso de Direito.

Objetivos: 1) Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual; 2) Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito; 3) Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

Conteúdo programático: Prática de atividades jurídicas reais no Núcleo de Prática Jurídica da UFES

Metodologia: O aluno deverá realizar um estágio no Núcleo de Prática Jurídica. O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

Recursos: Material disponibilizado para a atividade (livros, microcomputador, processos).

Avaliação: A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida e aos critérios da Resolução do Colegiado do Curso de Direito que disciplina a matéria.

Bibliografia obrigatória:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. Malheiros Editora.

CAHALI, Yussef Said. Alimentos. São Paulo: RT, 2006.

CARRION, Valentin. Comentários À Consolidação Das Leis Do Trabalho - 34ª Ed. Saraiva: 2009.

CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do Direito do Trabalho - 9ª Ed. Ltr 2010

DIDIER JR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil – Vol .I, II e III. Editora Juspodivm

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, (especialmente os volumes 1, 4 e 6).

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentados Pelos Autores do Anteprojeto - 9ª Ed. 2007. Editora: Forense Universitária.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 8ª Ed. Ltr. 2010

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil Vol. 1, 2 e 3. RT

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 29ª ED. ATLAS 2010.

_____. Legislação Previdenciária - 14ª ED. 2010/ ATLAS

Moraes, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional - 7ª Ed. ATLAS

NEVES, Rodrigo Santos. Curso de Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

WALD, Arnaldo. Obrigações e Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Procedimento Sumário na Reforma Processual. 1ª Edição. Belo Horizonte Del Rey, 1997

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

DEEBEIS, Toufic Daher. Processo Civil de Conhecimento e Procedimentos. São Paulo: Leud, 1998.

FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Processual Civil. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GIACOLI, Bruno Pandori. Exame Da Oab - 2ª Fase - Área Civil. 1ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Questões de Direito Processual Civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Questões de direito processual civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

PÓVOA, José Liberato Costa. O Procedimento no Juízo Cível. 9ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MARQUES, José Frederico. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. V, 1ª Edição. atual. Campinas: Millennium, 2000.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento). 22ª Edição. rev. e atual., 8. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Prática Civil para o exame da OAB: modelo com base no exame da OAB. 4ª. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. II, 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER e outros. Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. I. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: PRÁTICA CÍVEL.

Código: DIR09874.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito de Família (DIR03793).

Ementa: Prática Jurídica Simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. O cotidiano do bacharel em direito.

Objetivos: 1) Prática em sala de aula de atividades simuladas relativas às carreiras jurídicas; 2) Orientar o aluno na prática das atividades reais desempenhadas na disciplina Estágio Supervisionado; 3) Capacitar o aluno para análise das questões jurídicas e processuais atinentes à sistemática processual e forense e não forense (pareceres, p. ex), de modo a resolver as diversas hipóteses (questões) apresentadas durante o curso, distinguindo o tipo de procedimento processual aplicável; 4) Compreender o significado das expressões jurídicas e do método forense, adotados na redação dos atos processuais; 5) Exercitar o aprendizado mediante a formulação dos diversos modelos processuais; 6) Desenvolver habilidades na consulta e emprego correto do Código Civil e Processual Civil e outras disposições da legislação vigente; 7) Selecionar criteriosamente os meios de prova a serem indicados em cada situação problematizada; 8) Avaliar criticamente as atividades e os trabalhos executados; 9) adquirir um mínimo razoável de experiência forense, para sua iniciação na carreira jurídica.

Conteúdo programático:

1. Parecer: normas e formas.
2. Elaboração de peças processuais forenses (inicial, resposta, sentença, recursos, informações *etc.*).
3. Provas: noção, conceito, princípios e espécies. Momento da produção da prova. Do cabimento da antecipação da prova.
4. Da audiência. Princípios da Concentração e Oralidade. A importância da conciliação. A produção das provas. Os debates orais e memoriais. A resolução dos incidentes processuais em audiência.
5. O Procedimento: noção, conceito. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Mandado de Segurança. Ações Tributárias. Habeas Data.
6. A sentença (requisitos). Modelo. Os recursos (os pressupostos objetivos e subjetivos). Espécies de recursos. Procedimentos.

7. Processo de Execução. Princípios gerais. Carta de Sentença. Liquidação de Sentença. Das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da por quantia certa contra devedor insolvente. Dos embargos do devedor.
8. Processo Cautelar. Petição inicial. Defesa. Procedimentos específicos e inominados. Liminar. Caução. Sentença.
9. Procedimentos especiais. Consignação em pagamento. ação de Depósito. Anulação e substituição de títulos ao portador. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de demarcação e divisão. Inventário e Partilha. Ações ainda reguladas pelo Código de 1939. Ações reguladas por legislação especial. Juízo arbitral.
10. Procedimento de Jurisdição Voluntária. Alienações Judiciais. Separação consensual. Dos bens de ausentes. Testamentos. Da curatela dos interditos.

Metodologia: Exposições dialogadas, Estudos de casos, dramatizações, e resolução de problemas a serem trabalhados em grupos, sempre com a preparação de peças que servirão de base para a avaliação. Atendimento individualizado a partir de necessidades detectadas. O comparecimento ao escritório modelo ou estágio supervisionado será exigido.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: Far-se-á avaliação dos diversos tipos de atividades e trabalhos realizados, atribuindo-lhes individualmente um valor de pontuação, em que serão ressaltados os seguintes aspectos: correção gramatical, acerto no emprego do vocabulário técnico-jurídico, forma de apresentação e conteúdo da fundamentação jurídica desenvolvida.

Bibliografia obrigatória:

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. (v.1).

Bibliografia complementar:

MARQUES, José Frederico. Instituições de direito processual civil: coleção 4 volumes. atual. Campinas: Millennium, 2010.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil. Coleção 3 volumes. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.

Código: DIR03802.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito do Trabalho (DIR09864) e Direito Administrativo I (DIR00302).

Ementa: Direito Processual do Trabalho: o processo trabalhista e sua relação com o processo civil: diferenças e semelhanças. Fontes e Princípios do Direito Processual do Trabalho. Competência. Partes. Dissídios individuais: petição inicial, notificação, audiência, conciliação, prova, valor da causa. Instrução Trabalhista. Sentença. Recursos e Execução. Procedimentos especiais. Órgãos da Justiça do Trabalho.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.

- 1.1. Introdução.
- 1.2. Formação histórica.
- 1.3. Definição.
- 1.4. Relação com o direito material do trabalho.
- 1.5. Princípios e interpretação.

2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

- 2.1. Competência em razão da matéria.
- 2.2. Competência em razão das pessoas.
- 2.3. Competência territorial e funcional.

3. AÇÕES TRABALHISTAS.

- 3.1. Conceito de ação.
- 3.2. Classificação.
- 3.3. Ação declaratória incidental trabalhista
- 3.4. Condições da ação.

4. O DISSÍDIO TRABALHISTA INDIVIDUAL.

- 4.1. Processo e procedimento, pressupostos processuais.

- 4.2. Petição inicial trabalhista.
- 4.3. *Jus postulandi*.
- 4.4. Substituição processual.
- 4.5. Atos processuais.
- 4.6. Intimação.
- 4.7. Prazos conciliação.
- 4.8. Contestação.
- 4.9. Provas.
- 4.10. Nulidades.
- 4.11. Despesas processuais.
- 4.12. Citação.
- 4.13. Audiência.
- 4.14. Sentença.
- 4.15. Sistema recursal trabalhista.
- 4.16. Execução trabalhista.
- 4.17. Medidas cautelares.
- 4.18. Procedimentos especiais.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 8ª. edição. São Paulo: LTr, 2010.

MALLET, Estevão. Apontamentos de Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito processual do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1998.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, B. Calheiros e SANTOS, Silvério. Dicionário de decisões trabalhistas. Rio de Janeiro, Trabalhistas, 1998.

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALTA, Cristóvão P. Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo. LTr., 1999.

NONO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DO CONSUMIDOR.

Código: DIR03823.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito das Sucessões (DIR03799).

Ementa: História, conceito, formação. Princípios constitucionais e legais. Direito do Consumidor com exercício da cidadania. Órgãos de proteção e fiscalização. A composição extrajudicial de litígios. Instrumentos processuais para defesa do consumidor.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Histórico. O trabalho de elaboração do Código de Defesa do Consumidor Brasileiro.
2. Política Nacional das Relações de Consumo.
3. Relações de consumo: conceito de consumidor, conceito de fornecedor.
4. Direitos básicos do consumidor.
5. Princípios de Código de Defesa do Consumidor.
6. Da qualidade de produtos e serviços.
7. Responsabilidade pelo fato do produto.
8. Responsabilidade pelo fato do serviço.
9. Responsabilidade pelo vício do produto.
10. Responsabilidade pelo vício do serviço.
11. Desconsideração da personalidade jurídica.
12. Práticas comerciais: oferta, publicidade. Práticas comerciais abusivas: cobrança de dívidas; cadastro de consumidores.
13. Contratos de consumo.
14. Cláusulas abusivas.
15. Contratos de adesão.
16. Sanções administrativas.
17. Infrações Penais.
18. Da defesa do consumidor em juízo.
19. Ações coletivas.
20. Coisa julgada.

21. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
22. Da convenção coletiva de consumo.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIM, Antônio Hermam de Vasconcellos; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; JÚNIOR, Nelson Nery; DENARI, Zelmo. Código brasileiro de defesa do consumidor. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Bibliografia complementar:

ABELHA, Marcelo. Ação civil pública e meio ambiente. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. São Paulo: Atlas, 2005.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SAAD, Eduardo Gabriel. Comentários ao código de defesa do consumidor: lei nº 8.078 de 11.09.90. São Paulo: LTr, Editora Limitada, 1999.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II.

Código: DIR03833.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil VI (DIR09873).

Ementa: Princípio da legalidade/processo administrativo/ato administrativo. Licitação. Contrato Administrativo. Convênio. Consórcio público. Improbidade administrativa. Controle da administração pública.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Processo administrativo. Noção. Processo e procedimento. Finalidade do processo administrativo. Modalidades. Princípios. Processo administrativo disciplinar. Fases. Processo sumário. Sindicância.
2. Restrições do estado sobre a propriedade. Desapropriação: noção. Fundamentos da desapropriação. Requisitos. Competência para legislar e promover a desapropriação. Objeto da desapropriação. Fases. Declaração ou decreto de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Juros e correção monetária. Desapropriação por zona e Indireta. Desapropriação de remanescente. Consumação da desapropriação. Controle jurisdicional da desapropriação. Desvio de finalidade. Retrocessão e desistência. Outras formas de intervenção do Estado: servidão administrativa, Limitação administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária, tombamento. Conceito e características desses institutos.
3. Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Responsabilidade objetiva. O parágrafo 6º do art. 37 da CF/88. A reparação do dano. Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade. Teorias do risco integral e administrativo. Teoria da culpa administrativa. Dano moral e patrimonial. Responsabilidade por faltas do serviço. Responsabilidade por atos jurisdicionais. Responsabilidade por atos legislativos.
4. Bens públicos: noção e classificação. Autorização e permissão de uso. Concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfiteuse ou aforamento. Aquisição e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade. Impenhorabilidade e não oneração dos bens. Afetação e desafetação.

- Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas.
5. Controle da Administração Pública. Espécies: controle interno. Modalidades: representação, reclamação administrativa, direito de petição, prescrição administrativa. Recursos administrativos. Efeitos: inexistência de esgotamento da via administrativa.
 6. Controle externo: controle legislativo. Alcance do controle legislativo. Controle político e financeiro. Os Tribunais de Contas. Natureza Jurídica das decisões dos Tribunais de Contas. A glosa. O alcance. Efeitos. Controle dos contratos. Controle judicial: sistema de unidade de jurisdição. Limites do controle judicial. Princípio da inafastabilidade do controle pelo Poder Judiciário. Privilégios da Administração Pública. Meios de controle: *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação civil pública.
 7. Ato administrativo. Noção de ato administrativo. Atributos dos atos administrativos. Elementos: sujeito, competência, conteúdo, forma (formalidades) finalidade, motivo (motivação), causa. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes e Teoria do desvio de poder. Discricionariedade e vinculação. Localização da discricionariedade. Controle jurisdicional dos atos administrativos. Classificação. Espécies. Panorama da extinção dos atos administrativos: invalidação e revogação. Nulidade e anulabilidade. Convalidação e conversão.
 8. Contrato Administrativo. Contratos da Administração. Características do contrato administrativo. As chamadas cláusulas exorbitantes. Modalidades de contratos. Revisão e reajustamento. Equação econômico-financeira.
 9. Fato do Príncipe e fato da administração duração, prorrogação e garantias. Extinção do contrato: rescisão e rescisão.
 10. Licitação Pública: conceito, princípios da licitação. Modalidades; concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Obrigatoriedade de licitar. Dispensa e inelegibilidade. Fases da licitação. O edital e sua importância para o procedimento. Tipos de licitação. Anulação e revogação do procedimento. Recursos.
 11. Prestação de serviço Público. Modos de prestação do serviço público. Concessão do serviço público. Concessão de serviço precedido de obra pública. Outros tipos de concessão. Direitos e obrigações dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato de concessão. Encargos do concedente. Encargos da concessionária. Intervenção. Extinção da concessão. Permissão e autorização. Arrendamento e franquia.
 12. Ação de improbidade administrativa.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Edição, Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 7ª Edição, atual. , rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

JUSTEM FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Limitações ao Direito de Propriedade: constitucionais, no espaço aéreo, no subsolo, urbanas, por tombamento, no meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 1997.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO I.

Código: DIR03796.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Administrativo I (DIR00302) e Direito Processual Civil VI (DIR09873).

Ementa: Sistema Constitucional Tributário. Princípio. Competência, Repartição das Competências. Limitação ao poder de tributar. Direito Tributário e Tributos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1.1. Sistema Constitucional Brasileiro.

1.2. O subsistema constitucional tributário.

1.3. Direito Financeiro e Direito Tributário.

1.4. Sistema do Direito Positivo e sistema da Ciência do Direito.

2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.

2.1. Princípios jurídicos e princípios jurídicos constitucionais.

2.2. A Constituição Federal e os princípios constitucionais.

2.3. Princípios constitucionais tributários: Princípio da capacidade contributiva (princípio republicano e direito de propriedade). Princípio da igualdade tributária. Princípio da isonomia das pessoas políticas constitucionais. Princípio federativo. Autonomia municipal. Princípio da uniformidade da tributação no território nacional. Princípio da anterioridade. Anualidade. Princípio da irretroatividade. Princípio da tipologia tributária. Princípio que veda a identificação da base de cálculo da taxa com a de impostos. Princípio da progressividade do tributo. Princípio do não confisco. Princípio da estrita legalidade. Medidas provisórias. Segurança jurídica e tributação. Direitos fundamentais.

3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.

3.1. Características.

3.2. Privacidade.

- 3.3. Indelegabilidade.
- 3.4. Incaducabilidade.
- 3.5. Inalterabilidade.
- 3.6. Irrenunciabilidade.
- 3.7. Facultatividade.
- 3.4. Repartição das competências tributárias. Tributos federais, estaduais e municipais. Competência residual (União). Competência comum (taxas e contribuições de melhoria).

4. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR.

- 4.1. Princípios.
- 4.2. Rígida discriminação das competências.
- 4.3. Imunidade tributária.
- 4.4. Paralelo entre imunidade e isenção.
- 4.5. Imunidade recíproca.
- 4.6. Imunidade dos templos de qualquer culto.
- 4.7. Imunidade dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições educacionais e assistenciais. Imunidade dos livros, dos jornais, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão.

5. OS TRIBUTOS.

- 5.1. Conceito.
- 5.2. Definição de tributo no Código Tributário Nacional.
- 5.3. Espécies de tributos: Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório e Contribuição social.
- 5.4. Classificações.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 16 edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 22ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 26ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia complementar:

ATALIBA, Geraldo Ataliba. Hipótese de Incidência Tributária. 6ª. edição. 8ª. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro. 11ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 8ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito Machado. Curso de Direito Tributário. 31ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

NASCIMENTO, Carlos Valder do; Brasil. Comentários ao código tributário nacional: (Lei n. 5.172, de 25.10.1966). 4. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas: do Fato à Norma, da Realidade ao Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008.

TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Econômico. 2ª. edição. São Paulo: Método, 2006.

VALÉRIO, Walter Paldes. Programa de Direito Tributário - parte geral. 1ª. edição. Porto Alegre: Sulina, 2001.

XAVIER, Alberto. Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações internacionais. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.

Código: DIR09879.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil VI (DIR09873).

Ementa: Propiciar ao discente o comprometimento social mediante estágio realizado em escritórios de advocacia, órgão da administração pública e congêneres, supervisionado pelo docente da disciplina. Tudo visando a que, cientes de seu papel de agentes sociais, realizem sua contribuição decisiva na transformação do Brasil em uma nação orientada ao progresso de todos os brasileiros é sim a verdadeira e principal função de qualquer curso de Direito.

Objetivos: 1) Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual; 2) Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito; 3) Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

Conteúdo programático: Prática de atividades jurídicas reais no Núcleo de Prática Jurídica da UFES ou em escritórios ou cartórios.

Metodologia: O aluno deverá realizar um estágio no Núcleo de Prática Jurídica ou em escritórios ou cartórios. O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

Recursos: Material disponibilizado para a atividade (livros, microcomputador, processos).

Avaliação: A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida e aos critérios da Resolução do Colegiado do Curso de Direito que disciplina a matéria.

Bibliografia obrigatória:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. Malheiros Editora.

CAHALI, Yussef Said. Alimentos. São Paulo: RT, 2006.

CARRION, Valentin. Comentários À Consolidação Das Leis Do Trabalho - 34ª Ed. Saraiva: 2009.

CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do Direito do Trabalho - 9ª Ed. Ltr 2010

DIDIER JR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil – Vol .I, II e III. Editora Juspodivm

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, (especialmente os volumes 1, 4 e 6).

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentados Pelos Autores do Anteprojeto - 9ª Ed. 2007. Editora: Forense Universitária.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 8ª Ed. Ltr. 2010

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil Vol. 1, 2 e 3. RT

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 29ª ED. ATLAS 2010.

_____. Legislação Previdenciária - 14ª ED. 2010/ ATLAS

Moraes, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional - 7ª Ed. ATLAS

NEVES, Rodrigo Santos. Curso de Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

WALD, Arnaldo. Obrigações e Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Procedimento Sumário na Reforma Processual. 1ª Edição. Belo Horizonte Del Rey, 1997

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

DEEBEIS, Toufic Daher. Processo Civil de Conhecimento e Procedimentos. São Paulo: Leud, 1998.

FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Processual Civil. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GIACOLI, Bruno Pandori. Exame Da Oab - 2ª Fase - Área Civil. 1ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Questões de Direito Processual Civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Questões de direito processual civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

PÓVOA, José Liberato Costa. O Procedimento no Juízo Cível. 9ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MARQUES, José Frederico. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. V, 1ª Edição. atual. Campinas: Millennium, 2000.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento). 22ª Edição. rev. e atual., 8. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Prática Civil para o exame da OAB: modelo com base no exame da OAB. 4ª. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. II, 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER e outros. Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. I. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: PRÁTICA TRABALHISTA.

Código: DIR09876.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual do Trabalho (DIR03802) e Prática Cível (DIR09874).

Ementa: Prática Jurídica Simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. O cotidiano do bacharel em direito.

Objetivos: 1) Ministrar informações básicas ao aluno sobre atividades de prática trabalhista; 2) Exercício por parte do aluno em sala de aula de prática jurídica simulada; 3) Compreender dos institutos materiais e processuais trabalhistas, através do conhecimento do ordenamento jurídico, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a propiciar ao aluno a iniciação técnica indispensável ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esse ramo especializado da árvore jurídica; 4) Compreender do procedimento de arbitragem no Direito do Trabalho.

Conteúdo programático:

1. Aspectos alusivos ao direito processual individual contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, na Constituição Federal de 1988 e legislação complementar.
2. Comissão de arbitragem como solução para problemas trabalhistas.
3. Jurisdição, competência.
4. Elaboração da petição inicial.
5. Elaboração da resposta do réu.
6. Elaboração de sentença.
7. Elaboração de recursos e peças referentes ao processo de Execução e Cautelar.

Metodologia: Exposições dialogadas, Estudos de casos, dramatizações, e resolução de problemas a serem trabalhados em grupos, sempre com a preparação de peças que servirão de base para a avaliação. Atendimento individualizado a partir de necessidades detectadas. O comparecimento ao escritório modelo ou estágio supervisionado será exigido.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: Far-se-á avaliação dos diversos tipos de atividades e trabalhos realizados, atribuindo-lhes individualmente um valor de pontuação, em que serão ressaltados os seguintes aspectos: correção gramatical, acerto no emprego do vocabulário técnico-jurídico, forma de apresentação e conteúdo da fundamentação jurídica desenvolvida.

Bibliografia obrigatória:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 8ª. edição. São Paulo: LTr, 2010.

MALLET, Estevão. Apontamentos de Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito processual do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1998.

Bibliografia complementar:

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALTA, Cristóvão P. Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo. LTr., 1999.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho, São Paulo. LTr. 1999.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ÉTICA NO DIREITO.

Código: DIR09875.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil VI (DIR09873).

Ementa: Ética Profissional. Relacionamento profissional e pessoal entre as partes, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e auxiliares do Juízo.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

- Ética e ética profissional.
- Ética dos profissionais jurídicos.
- 3. Magistratura.
 - Ministério Público.
 - Advocacia.
 - Leis de regulamentação das profissões jurídicas: Magistratura; Ministério Público; Advocacia.
 - Análise dos Regimentos Internos dos Tribunais: TRF da 2ª Região; TRT da 17ª Região; TRE/ES; TJ/ES; STJ; STF.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 7ª. edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. 7ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia complementar:

GALLO, Sílvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia: elementos para o ensino de filosofia. Campinas: Papirus, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza; RAMOS, Ernesto Lopes. Ética na virada do século: busca do sentido da vida. São Paulo: LTr, 1997.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e racionalidade moderna. 2ª. edição. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. Ética, direito e democracia. São Paulo: Paulos, 2009.

SINGER, Peter. Ética prática. 3ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre ética. 3ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1999.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) I.

Código: DIR09880.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil VI (DIR09873) e Direito das Sucessões (DIR03799).

Ementa: Elaboração de projeto visando à realização de Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado individualmente pelo discente, com orientação de um Professor.

Objetivos: 1) Adquirir conhecimentos básicos sobre metodologia da pesquisa e do conhecimento científico; 2) Conhecer técnicas de pesquisa na área jurídica e acesso a fontes.

Conteúdo programático:

1. Conhecimento vulgar e conhecimento científico.
2. Noções de história da ciência.
3. Conhecimento e verdade.
4. Metodologia da pesquisa e do conhecimento científico.
5. Monografia: a escolha do tema.
6. Normas da ABNT.
7. Fontes da pesquisa jurídica.
8. Como elaborar projetos de pesquisa.

Metodologia: 1) Encontros com o professor orientador; 2) Fichamentos; 3) Apresentação do projeto de pesquisa, correção pelo professor orientador com comentários e sugestões.

Recursos: Quadro e pincel, livros.

Avaliação: Elaboração do projeto de monografia.

Bibliografia obrigatória:

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. A ciência do Direito. São Paulo: Atlas, 1998

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas: 1998

HUNE, Leda Miranda. Metodologia científica. Rio de Janeiro: AGIR, 1997

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: RT, 2000

Bibliografia complementar:

REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo: RT, 1999

RUIZ., Antônio. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Guia para Normatização de referências bibliográficas: NBR 6023. Vitória: 2005.

_____. Normatização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da Ufes. Vitória. 2005.

DÉCIMO PERÍODO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: PRÁTICA PENAL.

Código: DIR09877.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Penal IV (DIR00326) e Prática Trabalhista (DIR09876).

Ementa: Prática Jurídica Simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. O cotidiano do bacharel em direito.

Objetivos: 1) Ministrar informações básicas ao aluno sobre atividades de prática penal.

Conteúdo programático:

1. Aspectos alusivos ao direito processual penal contidos no Código de Processo Penal, Leis extravagantes e na Constituição Federal de 1988.
2. Jurisdição, competência, inquérito policial, negociação de penas e colaboração do acusado com a autoridade policial e Ministério Público.
Elaboração de peças: *notitia criminis*; queixa-crime; representação; denúncia; prisão cautelar; *habeas corpus*; requerimentos inerentes à instrução criminal; provas.
4. Elaboração de parecer do Ministério Público.
5. Elaboração de sentença.
6. Recursos.
Peças referentes à execução da pena e revisão criminal.

Metodologia: Exposições dialogadas, Estudos de casos, dramatizações, e resolução de problemas a serem trabalhados em grupos, sempre com a preparação de peças que servirão de base para a avaliação. Atendimento individualizado a partir de necessidades detectadas. O comparecimento ao escritório modelo ou estágio supervisionado será exigido.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: Far-se-á avaliação dos diversos tipos de atividades e trabalhos realizados, atribuindo-lhes individualmente um valor de pontuação, em que serão ressaltados os seguintes aspectos: correção gramatical, acerto no

emprego do vocabulário técnico-jurídico, forma de apresentação e conteúdo da fundamentação jurídica desenvolvida.

Bibliografia obrigatória:

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 4ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BARROS, Francisco Dirceu. Teoria e Prática do novo júri. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ISHIDA, Válter Kenji. Prática jurídica penal. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar:

MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB: modelos com base no exame da OAB. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, Parte Geral – Parte Especial. 6ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. Código de Processo Penal Comentado. 10ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Eugênio Paccelli de. Curso de processo penal. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III.

Código: DIR09882.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Prática Trabalhista (DIR09876).

Ementa: Propiciar ao discente o comprometimento social mediante estágio realizado em escritórios de advocacia, órgão da administração pública e congêneres, supervisionado pelo docente da disciplina. Tudo visando a que, cientes de seu papel de agentes sociais, realizem sua contribuição decisiva na transformação do Brasil em uma nação orientada ao progresso de todos os brasileiros é sim a verdadeira e principal função de qualquer curso de Direito.

Objetivos: 1) Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual; 2) Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito; 3) Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

Conteúdo programático: Prática de atividades jurídicas reais no Núcleo de Prática Jurídica da UFES ou em escritórios ou cartórios.

Metodologia: O aluno deverá realizar um estágio no Núcleo de Prática Jurídica ou em escritórios ou cartórios. O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

Recursos: Material disponibilizado para a atividade (livros, microcomputador, processos).

Avaliação: A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida e aos critérios da Resolução do Colegiado do Curso de Direito que disciplina a matéria.

Bibliografia obrigatória:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. Malheiros Editora.

CAHALI, Yussef Said. Alimentos. São Paulo: RT, 2006.

CARRION, Valentin. Comentários À Consolidação Das Leis Do Trabalho - 34ª Ed. Saraiva: 2009.

CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do Direito do Trabalho - 9ª Ed. Ltr 2010

DIDIER JR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil – Vol .I, II e III. Editora Juspodivm

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, (especialmente os volumes 1, 4 e 6).

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentados Pelos Autores do Anteprojeto - 9ª Ed. 2007. Editora: Forense Universitária.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 8ª Ed. Ltr. 2010

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil Vol. 1, 2 e 3. RT

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 29ª ED. ATLAS 2010.

_____. Legislação Previdenciária - 14ª ED. 2010/ ATLAS

Moraes, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional - 7ª Ed. ATLAS

NEVES, Rodrigo Santos. Curso de Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

WALD, Arnaldo. Obrigações e Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Procedimento Sumário na Reforma Processual. 1ª Edição. Belo Horizonte Del Rey, 1997

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

DEEBEIS, Toufic Daher. Processo Civil de Conhecimento e Procedimentos. São Paulo: Leud, 1998.

FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Processual Civil. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREITAS, Alexandre Câmara. Lições de Direito Processual Civil I. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GIACOLI, Bruno Pandori. Exame Da Oab - 2ª Fase - Área Civil. 1ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Questões de Direito Processual Civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II, 20ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Questões de direito processual civil: (para provas e concursos): processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1997.

PÓVOA, José Liberato Costa. O Procedimento no Juízo Cível. 9ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MARQUES, José Frederico. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. V, 1ª Edição. atual. Campinas: Millennium, 2000.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento). 22ª Edição. rev. e atual., 8. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Prática Civil para o exame da OAB: modelo com base no exame da OAB. 4ª. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. II, 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAMBIER e outros. Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. I. 9ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO II.

Código: DIR03824.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Tributário I (DIR03796).

Ementa: Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

Objetivos: 1) Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, enfatizando o fenômeno da incidência tributária e o surgimento da obrigação tributária. Também objetiva a análise dos instrumentos passíveis de utilização pelo sujeito passivo da relação jurídica tributária quando molestado pelo Fisco; 2) Investigar as fontes do direito tributário, a partir de uma visão distinta da até então adotada pela doutrina, bem como a vigência, a interpretação e a aplicação da legislação tributária; 3) Analisar o fenômeno da incidência tributária, o surgimento da obrigação tributária e do crédito tributário e os seus elementos. Realçar os principais aspectos dos processos administrativo e judicial tributários.

Conteúdo programático:

1. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.

1.1. Fontes do Direito e fontes da Ciência do Direito.

1.2. Conceito.

1.3. Fontes formais do Direito Tributário.

1.4. As denominadas fontes formais primárias (Constituição, Lei Complementar, Lei Ordinária, Tratados, Medida Provisória, Lei Delegada, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado) e secundárias (Decreto regulamentar, instruções ministeriais, circulares, portarias, ordens de serviço), outros atos normativos estabelecidos pelas autoridades administrativas.

2. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

2.1. A validade e a eficácia das normas jurídicas.

2.2. Vigência das normas tributárias no tempo e no espaço.

2.3. Aplicação das normas tributárias e retroatividade.

2.4. Métodos de interpretação do direito – a interpretação sistemática.

3. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.

- 3.1. Considerações gerais.
- 3.2. Relações jurídicas e relações jurídico-tributárias.
- 3.3. Obrigação principal e acessória.
- 3.4. Elementos da obrigação tributária.
- 3.5. “Fato gerador”.
- 3.6. Sujeito ativo.
- 3.7. Capacidade tributária ativa e competência tributária.
- 3.8. Sujeito passivo, domicílio tributário, capacidade tributária passiva, solidariedade e responsabilidade tributária.
- 3.9. Objeto da obrigação tributária - base de cálculo e alíquota.

4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

- 4.1. Conceito e natureza jurídica.
- 4.2. Constituição do crédito tributário.
- 4.3. O lançamento, definição, atributos.
- 4.4. Auto de Infração e lançamento.
- 4.5. Alterabilidade do lançamento.
- 4.6. Modalidades de lançamento – de ofício, por declaração, por homologação.
- 4.7. Lançamento provisório.
- 4.8. Lançamento definitivo.
- 4.9. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário (moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos e concessão de medida liminar em MS).
- 4.10. Extinção do crédito tributário (modalidades).
- 4.11. Exclusão do crédito tributário (isenção e anistia).
- 4.12. Garantias e privilégios do crédito tributário.
- 4.13. Bens Gravados.
- 4.14. Presunção de fraude na alienação de bens.
- 4.15. Concurso de preferência.
- 4.16. Crédito tributário na falência e concordata.
- 4.17. A obrigatoriedade de comprovação de quitação do crédito tributário.

5. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

- 5.1. A atividade de administração tributária em face da lei.
- 5.2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias.
- 5.3. O dever de sigilo e o auxílio da força pública.
- 5.4. Dívida ativa.
- 5.5. Certidões negativas.

6. PROCESSO TRIBUTÁRIO.

- 6.1. Processo administrativo tributário.
- 6.2. Processo judicial tributário.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas

atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 16 edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 26ª. edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 22ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

ATALIBA, Geraldo Ataliba. Hipótese de Incidência Tributária. 6ª. edição. 8ª. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro. 11ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 21ª. edição. São Paulo: Atlas, 2010.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DENARI, Zelmo. Curso de direito tributário. 9ª. edição. São Paulo: Atlas, 2008.

HORVATH, Estevão. Lançamento tributário e "autolanzamento". São Paulo: Dialética, 1997.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). Curso de Direito Tributário e Finanças Pública: do Fato à Norma, da Realidade ao Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Decadência e Prescrição no direito tributário. 3ª. edição. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. Lançamento Tributário. 2ª. edição. São Paulo: Max Limonad, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO.

Código: FIL03806.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Ética no Direito (DIR09875).

Ementa: Análise do fenômeno jurídico e sua ontologia. Possibilidade, natureza e condições de conhecimento jurídico. Lógica jurídica, formal e dialética. Experiência do Direito na História das Ideias e das Instituições. Projeção da Sociologia do Conhecimento Jurídico. Teoria dos valores jurídicos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Teoria sobre o valor
2. A cultura e o valor da Pessoa Humana
3. Cultura, espírito e liberdade
4. Ciclos de Cultura e Constelações Axiológicas
5. Natureza e Cultura
6. Leis naturais e leis éticas – Teoria e Prática
7. Bem Pessoal e Bem Coletivo
8. Objeto e divisão da Filosofia do Direito
9. A temática geral e os temas especiais
10. O conceito de Direito segundo as doutrinas empíricas
11. A concepção do Direito na doutrina de Stammler
12. A concepção do Direito na Doutrina de Del Vecchio
13. O inevitável conteúdo axiológico do Direito
14. O direito e a investigação histórico-axiológica
15. Conduta e ordem de fins
16. Tridimensionalidade da conduta ética
17. Modalidade de conduta
18. Antecedentes históricos
19. O sociologismo Jurídico
20. O normativismo lógico de Hans Kelsen e a eficácia do Direito
21. O moralismo jurídico e a natureza da norma de direito
22. O termo Direito e sua tríplice perspectiva histórica
23. O Tridimensionalismo Abstrato ou Genérico

24. O Tridimensionalismo específico e a unidade da experiência jurídica
25. Normatividade e historicidade do Direito
26. Fundamento, eficácia e vigência
27. O problema na Grécia e em Roma
28. Direito e moral na Idade Média
29. Direito e moral na Época Moderna. O contratualismo
30. Exterioridade, coercibilidade e Heteronomia
31. Análise do problema da exterioridade do Direito
32. Coercitividade e coercibilidade
33. A bilateralidade atributiva do Direito
34. Conceito de Direito

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

VECCHIO, Giorgio Del. História da Filosofia do Direito. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Líder, 2003.

BILLIER, Jean-Cassien/MARYIOLI, Aglae. História da Filosofia do Direito. 1ª Edição. São Paulo: Editora Manole, 2005.

PERELMAN. Chäim/OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia complementar:

ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica. 4ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

_____. Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 4ª Ed., 2009.

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy Editora, 2008.

GOYARD-FABRÉ, Simone. Princípios filosóficos do direito político moderno. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2002.

GÜNTHER, Klaus. Teoria da argumentação no Direito e na Moral: justificação e aplicação. São Paulo: Landy Editora, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Democracia e Direito: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora, Vols. I e II, 1997.

KAUFMANN, Arthur/HASSEMER, Wienfried. Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas. 2ª Ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.

LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 4ª Ed. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 2005.

LUHMANN, Niklas. Introdução à teoria dos sistemas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

STRAUSS, Leo. Direito Natural e História. Coimbra: Edições 70, 2009.

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 2006.

VIEHWEG, Theodor. Tópica y Filosofia Del Derecho. Barcelona: Editora Gedisa, 1997.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II.

Código: DIR09881.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I (DIR09880).

Ementa: Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado individualmente pelo discente, com orientação de um Professor e submetida à apreciação formal de uma Banca avaliadora.

Objetivos: Aprofundar temas específicos, contribuindo para a construção de novos conhecimentos na área do Direito.

Conteúdo programático: Todo o conteúdo desenvolvido durante o Curso.

Metodologia: 1) Acompanhamento individual para orientação da Monografia; 2) Defesa pública da monografia.

Recursos: Livros, estudo de casos, jurisprudências, pesquisa de campo.

Avaliação: Elaboração da monografia e defesa pública perante banca avaliadora.

Bibliografia obrigatória:

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. A ciência do Direito. São Paulo: Atlas, 1998

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas: 1998

HUNE, Leda Miranda. Metodologia científica. Rio de Janeiro: AGIR, 1997

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: RT, 2000

Bibliografia complementar:

REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo: RT, 1999

RUIZ., Antônio. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Guia para Normatização de referências bibliográficas: NBR 6023. Vitória: 2005.

_____. Normatização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da Ufes. Vitória. 2005.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO AMBIENTAL.

Código: DIR03819.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito do Consumidor (DIR03823).

Ementa: A vida e sua proteção. Conceitos de Ecologia aplicados ao Direito. Conceito de Direito Ambiental. Desenvolvimento da Matéria. A Constituição e a proteção ao Meio. Princípios, limites à propriedade privada, fiscalização administrativa. Responsabilidade civil por danos e crimes contra o Meio Ambiente. Instrumentos processuais para defesa do meio ambiente: O papel do Cidadão, das Associações, do Estado e do Ministério Público. Direito Ambiental Internacional.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. O Direito ao meio ambiente;
2. O meio ambiente e o consumo;
3. Uma visão antropocêntrica do direito constitucional ao meio ambiente;
4. Classificação do meio ambiente;
5. Natureza jurídica do direito ambiental;
6. Natureza jurídica dos bens ambientais;
7. Tutela constitucional comparada do meio ambiente;
8. Princípios do Direito ambiental na CF/88;
9. a política de proteção ambiental;
10. Instrumentos de tutela ambiental;
11. Estrutura político administrativa de proteção ao meio ambiente;
12. A proteção e a defesa do meio ambiente;
13. Competências constitucionais em matéria ambiental;
14. Zoneamento ambiental e espaços especialmente protegidos;
15. Licenciamento ambiental e EIA/RJMA;
16. Tombamento;
17. Sanções administrativas;
18. Proteção da qualidade da água;
19. Proteção da qualidade do ar;
20. Proteção do patrimônio faunístico;

21. Poluição por resíduos sólidos;
22. Poluição sonora;
23. Direito de antena;
24. Patrimônio genético e direito ambiental; Poluição por atividades nucleares;
25. Tutela jurisdicional dos direitos metaindividuais;
26. Ação popular ambiental;
27. Mandado de injunção ambiental;
28. Mandado de segurança ambiental;
29. Ação civil pública ambiental.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia obrigatória:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2006.

DERANI, C. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FREITAS, Vladimir Passos de. (Org.) Direito Ambiental em Evolução. Curitiba: Juruá, 1998.

FREITAS, Vladimir Passos de. Direito Administrativo e o Meio Ambiente. Curitiba: Juruá, 1998.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.

MILARÉ, E. Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: RT, 2008.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Instituições de Direito Ambiental. São Paulo: Max Limonad, 2007.

OPTATIVAS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: CRIMONOLOGIA.

Código: DIR09884.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Direito Penal II (DIR09862).

Ementa: Criminologia: Definição, métodos, objetos, funções, caráter universal, relação com outras ciências. Criminalidade: Etiologia, principais crimes. O crime e a pena: Evolução histórica das penas, metas da pena. O criminoso: primeiros estudos, classificações diversas. Exame criminológico. Doenças mentais associadas à criminalidade. A prevenção do crime: Política criminal, vitimologia. O tratamento institucionalizado: Alternativas, novos rumos.

Objetivos: Desenvolver o conhecimento de fundamentos da Criminologia que auxiliem a melhor compreender o fenômeno da criminalidade e o comportamento do criminoso, bem como que permitam uma análise crítica do objeto da Criminologia pela associação dos conhecimentos teóricos à realidade contemporânea.

Conteúdo programático:

1. INTRODUÇÃO À CRIMINOLOGIA

- 1.1. Objeto
- 1.2. Método
- 1.3. Perspectiva histórica do saber criminológico.

2. HISTÓRIA DAS IDEIAS CRIMINOLÓGICAS.

- 2.1. O surgimento do saber do crime.
- 2.2. Escola Clássica e Escola Positiva.
- 2.3. As Teorias Sociológicas sobre o crime e o controle penal.
- 2.4. Escola de Chicago
- 2.5. Estrutural-Funcionalismo
- 2.6. Teoria das Subculturas Delinqüentes
- 2.7. Teorias do Conflito – Marxismo e Individualismo Metodológico
- 2.8. Interacionismo Simbólico e Teoria do Etiquetamento
- 2.9. A Psicologia Criminal.
- 2.10. Psicanálise, Cognitivismo e Psiquiatria Criminal
- 2.11. Modelos Biologicistas

3. O PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO CONTEMPORÂNEO.

3.1. A Criminologia Crítica – conteúdo, principais autores, influência nos modelos de política criminal, balanço

3.2. Realismo – correntes e propostas de política criminal

3.3. A Criminologia e a transição paradigmática – O Pós-Modernismo Criminológico.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

FARIAS JÚNIOR, João. *Manual de Criminologia*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

SOARES, Orlando. *Curso de Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. 26. ed. Brasília: Vozes, 2002.

GARCIA, Antônio, DE MOLINA, Pablos. *Criminologia*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERNANDES, Newton & FERNANDES, Valter. *Criminologia Integrada*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.

Código: DIR03830.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito do Trabalho (DIR09864).

Ementa: Direito Sindical, Direito Coletivo e Direito Processual Coletivo do Trabalho: formação do movimento sindical no mundo e no Brasil. As correntes sindicais. Contrato, Acordo e Convenção coletivos. Direito internacional do Trabalho. Trabalhadores públicos e privados. Negociação e greve. Dissídios coletivos. A substituição processual: poder dos sindicatos. CIPA. Assembleias. Normas internacionais do trabalho. OIT.

Objetivos: 1) Adquirir conhecimentos básicos sobre o papel do Direito Coletivo ou Direito Sindical do Trabalho, bem como do Direito Processual Coletivo do Trabalho no mundo atual e sua contribuição para a promoção do relacionamento pacífico entre as forças do Capital e do Trabalho, principalmente no nosso país; 2) Compreender o fenômeno associativo profissional, através do conhecimento do ordenamento jurídico laboral, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a iniciar-se na técnica indispensável ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esses ramos especializados do direito.

Conteúdo programático:

1. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO OU DIREITO SINDICAL.

1.1. Formação Histórica. Conceito. Terminologia. Objeto. Importância do Direito Coletivo. Autonomia privada coletiva. Fontes autônomas e heterônomas. Princípios. Interpretação e aplicação. Renúncia e transação no Direito Coletivo do Trabalho. A constitucionalização dos Direitos Coletivos Trabalhistas.

1.2. Sindicatos: Sistemas de Organização Sindical. Unidade. Unicidade e pluralidade sindical. Sindicalismo internacional. Estrutura do Sindicato: definição, natureza jurídica, funções, assembleias sindicais, órgãos do sindicato, sindicalização de servidores públicos, formação de sindicatos.

1.3. Conflitos Coletivos de Trabalho. Greve. *Lockout*. Negociação coletiva. Convenções coletivas: denominação, natureza jurídica, conceito, relações com a lei e com o contrato individual de trabalho. Acordo coletivo de trabalho. Representação dos Trabalhadores na Empresa. Formas de composição dos conflitos. Mediação. Arbitragem. Jurisdição.

2. DIREITO PROCESSUAL COLETIVO DO TRABALHO.

2.1. O Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Origens. Direito comprado e brasileiro. Vantagens e desvantagens. Limites;

2.2. O Dissídio Coletivo. Natureza jurídica da ação coletiva. Espécies de dissídios. Condições da ação. Pressupostos processuais. A fase postulatória. A defesa. A fase instrutória. A fase decisória. Recursos. Ação de cumprimento. Processo cautelar.

2.3. Outras ações coletivas trabalhistas. A ação civil pública trabalhista. Competência e legitimidade. A defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Papel do Ministério Público do Trabalho e dos Sindicatos. O Inquérito Civil Público. Provimentos Jurisdicionais na Ação Civil Pública.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito Sindical. Editora Saraiva.

RUSSOMANO, Mozart Victo. Princípios Gerais de Direito Sindical. Editora Forense.

GODINHO, Maurício Delgado. Direito Sindical.

RUSSOMANO, Mozart Victo. Comentários à CLT. Editora Forense.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO COMPARADO.

Código: DIR03815.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Internacional Público (DIR00309) e Direito Processual Civil V (DIR09872)

Ementa: Conceito, história, evolução, objetivos. Análise dos sistemas Jurídicos estrangeiros contemporâneos e sua relação com o Direito Nacional. Comparação com o Código de Hamurabi, Constituições Gregas, Direito Romano, Direito Canônico e outros sistemas jurídicos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. O Direito Comparado e sua importância na formação da ciência Jurídica.
2. Os sistemas jurídicos contemporâneos à luz da história do Direito.
3. Temas fundamentais de Direito Constitucional:
 - 3.2. O poder judiciário nas constituições europeias;
 - 3.3. O poder judiciário no Brasil;
 - 3.4. Controle de constitucionalidade das leis no Direito Comparado;
 - 3.5. Os direitos de defesa nas Constituições de Portugal, Espanha e Brasil.
4. Estudo comparado de institutos jurídicos fundamentais.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

DAVID, René. **Os grandes sistemas de direito contemporâneo**; São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOSANO, Mario. **Os grandes sistemas jurídicos**; São Paulo: Martins Fontes, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO DE EMPRESA II.

Código: DIR09885.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito de Empresa I (DIR09863).

Ementa: Títulos de crédito. Propriedade industrial. Tipos contratuais mercantis.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. TÍTULOS DE CRÉDITO.

- 1.1. A importância do crédito na sociedade contemporânea
- 1.2. Razão de ser e histórico dos títulos de créditos
- 1.3. Títulos de crédito reconhecidos pelo direito brasileiro e sua disciplina legal
- 1.4. Emissão, vencimento, garantias e cobrança dos títulos de crédito

2. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.

- 2.1. Histórico da propriedade industrial
- 2.2. Propriedade industrial e sua disciplina legal (Lei 9.279/96)
- 2.3. Processo de patenteamento de invenção
- 2.4. Propriedade industrial e biotecnologia
- 2.5. Propriedade industrial e melhoramento de plantas e animais (Lei 9.456/97)
- 2.6. Direito Autoral e sua disciplina legal (Lei 9.610/98, de Direitos Autorais)
- 2.7. Proteção de invenções e obras e ressarcimento por uso indevido

3. TIPOS CONTRATUAIS MERCANTIS.

- 3.1. Compra e venda mercantil.
- 3.2. Alienação Fiduciária.
- 3.3. Compromisso de compra e venda de imóveis.
- 3.4. Corretagem.
- 3.5. Comissão.
- 3.6. Agência e distribuição.
- 3.7. Locação.
- 3.8. Depósito comercial.
- 3.9. Mandato. Gestão de Negócios.
- 3.10. Fiança comercial.

- 3.11. Representação comercial.
- 3.12. *Leasing*.
- 3.13. *Franchising*.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 2.

GONÇALVES, Victor E. *Títulos de crédito*. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. São Paulo: Atlas, 2004.

MAMEDE, Gladston. *Títulos de crédito*. São Paulo: Atlas, 2003.

PAES DE ALMEIDA, Amador. *Teoria e prática dos títulos de crédito*. São Paulo: Saraiva, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO ECONÔMICO.

Código: DIR09886.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Economia B (ECO00350) e Direito Administrativo I (DIR00302).

Ementa: O fenômeno econômico. Direito Econômico: conceito, finalidade e objeto. Princípios gerais da atividade econômica. Direito Constitucional Econômico. A economia e a atuação do Estado. Capital nacional e estrangeiro. Empresas multinacionais. Agências Reguladoras. Serviço Público: Concessões, Permissões e Autorizações. Parceria Público-Privada.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ECONÔMICO

- 1.1. O surgimento do direito econômico
- 1.2. Conceito de direito econômico: sujeito e objeto
- 1.3. Ordem jurídico-político-econômica
- 1.4. Política econômica
- 1.5. Teorias do direito econômico
- 1.6. Direito econômico e direito da economia: análise econômica do direito e os princípios da economicidade e eficiência
- 1.7. Direito econômico: fronteira entre público e privado
- 1.8. Direito administrativo econômico

2. DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

- 2.1. A constituição econômica
- 2.2. Normas programáticas
- 2.3. Fontes do direito econômico
- 2.4. Leis em direito econômico
- 2.5. As constituições econômicas no Brasil

3. A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 3.1. Aspectos gerais da constituição econômica
- 3.2. Princípios gerais da atividade econômica

4. ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

- 4.1. A empresa e o direito econômico: teoria da empresa
- 4.2. Agências reguladoras: a regulação econômica
- 4.3. Parcerias Público-Privadas (PPP's)
- 4.4. Atividade econômico-privada dos entes públicos

5. DIREITO DA CONCORRÊNCIA

- 5.1. Conceitos e fins do direito da concorrência
- 5.2. Conceito de mercado relevante
- 5.3. Tipos de mercado
- 5.4. Conceito de poder econômico e seu abuso
- 5.5. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
- 5.6. Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994.

6. ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL.

- 6.1. Ordem econômica internacional
- 6.2. Globalização
- 6.3. Integração

7. AGÊNCIAS REGULADORAS.

8. SERVIÇO PÚBLICO.

- 8.1. Concessões
- 8.2. Permissões
- 8.3. Autorizações

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ARAGÃO, Alexandre Santos de (coord.). O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico. Série Leituras Jurídicas. vol. 29. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Introdução ao Direito da Concorrência: Brasil-Globalização-União Européia-Mercosul-ALCA. São Paulo: Singular, 2005.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003.

MORAES, Alexandre de. Agências Reguladoras. São Paulo: Atlas, 2002.

NUSDEO, Fabio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. São Paulo: LTr, 2003.

SUCCAR, Paulo Egídio Seabra; BAGNOLI, Vicente. Estudos de Direito da Concorrência. São Paulo: Mackenzie, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO ELEITORAL.

Código: DIR03817.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Teoria Geral do Estado (DIR09858) e Teoria da Constituição (DIR03783).

Ementa: Normas constitucionais, Sistemas eleitorais, Eleição Majoritária e Proporcional. Legislação eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Perda de Direitos Políticos. Partidos Políticos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes Relações com as diferentes disciplinas jurídicas e importância de seu estudo.
2. Poder Representativo. Manifestações eleitorais na Grécia e em Roma. Práticas eletivas na Idade Média. Instituições representativas em Portugal. O alvorecer das instituições representativas entre os germanos e saxões. Transplantação de instituições representativas lusitanas para o Brasil-colônia. Organização eleitoral brasileira após a Independência. Natureza da representação política. Transformações no regime representativo. Natureza do sufrágio.
3. Organização eleitoral. Aspectos da organização eleitoral. Da extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Forma de sufrágio. Da distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Implicações da organização eleitoral sobre os sistemas políticos. Refração do sistema eleitoral no ambiente rural. Distorções do sistema eleitoral no ambiente urbano.
4. Justiça Eleitoral. O controle do processo eleitoral. Características institucionais. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral. Competências.
5. Ministério Público na Jurisdição Eleitoral. Conceito. Funções Posição institucional. Órgãos. Competências na jurisdição eleitoral. Causas *inibitoriais* de exercício de competências.
6. Capacidade Política. A capacidade política: aquisição e exercício da cidadania. Requisitos à capacidade política. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.

7. Alistamento Eleitoral. Do ato de alistamento. Efeitos do alistamento. Requisitos à inscrição eleitoral. Processo. Transferência. Fases do alistamento. Cancelamento e exclusão. Fiscalização partidária.
8. Elegibilidade. Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Partes legítimas para arguição. Impugnações. Inelegibilidade. Procedimentos objetivando a declaração de inelegibilidade.
9. Garantias Eleitorais. Aspectos gerais.
10. Propaganda Eleitoral. Conceituação da propaganda. Técnicas de propaganda. A liberdade de propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral no Brasil. Pressupostos igualitários na propaganda política. Processos de controle aplicáveis à propaganda.
11. Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Seções eleitorais. Composição das mesas receptoras. Competência das mesas receptoras. Localização das mesas receptoras. Fiscalização perante as mesas receptoras. Medidas preparatórias.
12. Votação. Instalação dos trabalhos da mesa receptora. A manifestação do voto. Votos em separado. Regras especiais de votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação.
13. Apuração eleitoral. Funcionamento da Junta Apuradora. Abertura da urna. Impugnações e recursos durante a apuração. Contagem de votos. Da escrituração pertinente à apuração. Apuração nos Tribunais Regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos.
14. Invalidez de atos eleitorais. Invalidez no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Anulabilidades no Código Eleitoral. Invalidez de atos partidários.
15. Recursos eleitorais. Conceituação do recurso. Modalidades dos recursos eleitorais. Interposição dos recursos eleitorais. Tramitação dos recursos nos Tribunais. Prazos dos recursos. Efeitos dos recursos.
16. Crimes eleitorais. Progressivo isolamento dos crimes eleitorais da legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Classificação dos crimes eleitorais. Especificação dos crimes eleitorais. A conexão dos crimes eleitorais. As penas nos crimes eleitorais.
17. Processo Penal e Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Aprescrições introdutórias. Processo Penal Eleitoral. Princípios processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral. Processo disciplinar partidário

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral brasileiro. Bauru: Edipro, 2004.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Eleições – Comentários à Lei nº 9.504/97. São Paulo: Dialética, 2004.

FERREIRA, Pinto. Código Eleitoral Comentado. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.

PINTO, Djalma. Direito Eleitoral. São Paulo. Atlas, 2005.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO FALIMENTAR.

Código: DIR03822.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito de Empresa I (DIR09863).

Ementa: Recuperação judicial, extrajudicial e falência.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. FALÊNCIA

- 1.2. Requisitos da Falência: Devedor Empresário, Insolvência e Decisão Judicial
- 1.3. Processo ou Pedido de Falência
- 1.4. Sentença, Recursos e Efeitos
- 1.5. Processamento da Falência: Administração e Órgãos
- 1.6. Declarações de Crédito, Restituições, Revocatórias
- 1.7. Realização do Ativo e Liquidação do Passivo
- 1.8. Encerramento e Extinção das Obrigações

2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 2.1. Pedido
- 2.1. Processamento
- 2.3. Plano de Recuperação
- 2.4. Órgãos: Assembleia de Credores
- 2.5. Recuperação Extrajudicial
- 2.6. Liquidações Extrajudiciais

3. CRIMES FALIMENTARES

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

CAMPINHO, Sergio. Falência e Recuperação de Empresa. Renovar. 2006

LUCCA, Newton de. et al. Comentários à Nova Lei de Falências. Quartier Latin. 2005.

PACHECO, José da Silva. Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Forense. 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO FINANCEIRO.

Código: DIR09887.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Administrativo I (DIR00302).

Ementa: Fenômeno financeiro. A atividade financeira do Estado. Despesas, receitas, orçamento, crédito público.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO

- 1.1. Necessidades coletivas e o papel do Estado.
- 1.2. O Fenômeno Financeiro.
- 1.3. Atividade Financeira do Estado
- 1.4. Setores da atividade financeira pública
- 1.5. Direito Financeiro e conceito
- 1.6. Relações com a Ciência das Finanças e outro ramos jurídicos
- 1.7. As normas de Direito Financeiro: competência legislativa; leis complementares e leis ordinárias.
- 1.8. Princípios do Direito Financeiro.

2. RECEITA PÚBLICA

- 2.1. Ingressos e Receitas Públicas
- 2.2. Receitas originárias e derivadas
- 2.3. Classificação das receitas públicas
- 2.4. Estágios das receitas públicas
- 2.5. Disciplina da LRF sobre as Receitas Públicas.

3. DESPESA PÚBLICA

- 3.1. Conceito, elementos e caracteres
- 3.2. Classificação das despesas públicas
- 3.3. Disciplina da LRF sobre as Despesas Públicas.

4. ORÇAMENTO PÚBLICO

- 4.1. Histórico da prática orçamentária

- 4.2. Funções e Natureza Jurídica
- 4.3. Espécies de Orçamento
- 4.4. Disciplina Constitucional Orçamentária
- 4.5. Orçamento Fiscal
- 4.6. Orçamento da Seguridade Social
- 4.7. Orçamento de Investimento das Estatais
- 4.8. Princípios Constitucionais Orçamentários
- 4.9. Plano Plurianual
- 4.10. Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 4.11. Lei Orçamentária Anual
- 4.12. Atividade dos Tribunais de Contas.

5. CRÉDITO E DÍVIDA PÚBLICA

- 5.1. Noções do Crédito Público
- 5.2. Aspectos Econômicos e Jurídicos
- 5.3. A dívida pública
- 5.4. Conceito e espécies
- 5.5. A dívida pública externa
- 5.6. Papel do Senado Federal

6. EMISSÃO E CONTROLE DE MOEDA

- 6.1. Competência Constitucional
- 6.2. Banco Central
- 6.3. Conselho Monetário Nacional

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças.

BASTOS, Celso Ribeiro. Direito Financeiro.

BRITO, Edvaldo. Reflexos jurídicos da Atuação do Estado no Domínio Econômico.

FERREIRA, José Ribamar Gaspar. Curso de Direito Financeiro.

FRANCO, Antônio L. de Souza. Finanças Públicas e Direito Financeiro.

CALVES, Carlos. Economia Política Atual.

GRAU, Eros Roberto. Planejamento Econômico e Regra Jurídica.

MACHADO JR., Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4320 Comentada.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Economia (2 vol.).

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Receitas Públicas Originárias.

SILVA, José Afonso da. Orçamento - Programa no Brasil.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

Código: DIR00283.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Internacional Público (DIR00309) e Direito das Sucessões (DIR03799).

Ementa: Conceito. Fontes, Codificação Internacional. Condição Jurídica do Estrangeiro. Aplicação e prova do Direito Estrangeiro. Conflitos de Lei no Espaço. Cooperação Internacional. Homologação de Sentença Estrangeira. Extradicação.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Histórico - Definição - Objeto - Método do Direito Internacional Privado - Fontes do Direito Internacional Privado - Teorias modernas e contemporâneas - Principais fontes legislativas do Direito Internacional Privado Brasileiro - Direito Uniforme - Unificação do Direito Internacional Privado.
2. As normas do Direito Internacional Privado - Regras Indiretas e Regras Diretas e Regras qualificadoras. Objeto de Conexão e Elemento de Conexão. Aplicação das normas de Direito Internacional Privado. Teoria das Qualificações.
3. Conflitos no espaço de normas de Direito Internacional Privado – Lei de Introdução ao Código Civil
4. Reenvio. Estatuto Pessoal.
5. Estatuto Real.
6. Obrigações. Autonomia da Vontade.
7. Sucessão.
8. Pessoa Jurídica.
9. Direito Processual Internacional. Competência Internacional. Litispêndência Internacional. Coisa Julgada Internacional. Carta Rogatória - Homologação de Sentença Estrangeira - Regime das Provas no Direito Processual Internacional - Prova do Direito Estrangeiro - Juízo Arbitral.
10. Nacionalidade - Formas de Aquisição de Nacionalidade: originária e secundária - Perda da Nacionalidade.

11. Condições Jurídicas do Estrangeiro. Entrada do Estrangeiro - Entrada do Estrangeiro Os Direitos do Estrangeiro no Território Nacional - Saída do Estrangeiro - Saída compulsória do Estrangeiro: extradição, deportação, expulsão, repatriamento e banimento.
12. Contratos e obrigações internacionais.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva, 2005.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2003.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. São Paulo: LTr, 2005.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PREVIDENCIÁRIO.

Código: DIR00329.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito do Trabalho (DIR09864).

Ementa: A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios da previdência social. Assistência Social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. Previdência privada. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na Constituição: direitos do cidadão. A Seguridade Social: trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Nascimento da previdência social e sua relação com o sistema econômico e social
2. Estado Liberal e Estado Social
3. Evolução histórica da previdência social brasileira
4. Sistemas e técnicas de proteção social no Brasil e demais países;
5. Previdência e seguridade social no sistema constitucional brasileiro;
6. Administração da previdência social;
7. Servidores públicos e empregados privados no sistema de previdência social;
8. Fontes e custeios da previdência social;
9. Contribuições sociais e contribuições financeiras;
10. Contribuintes e seus direitos e deveres;
11. Constituição do crédito previdenciário e processo administrativo;
12. Filiação e inscrição na previdência social;
13. Segurados e dependentes na previdência social;
14. Benefícios previdenciários e assistencialistas a cargo do órgão gestor da previdência social;
15. Temas de processo civil aplicados à previdência social.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

FREITAS, Vladimir P. Direito Previdenciário: Aspectos Materiais. Porto Alegre: Advogado.

LAZZARI, João Batista et. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: Ltr.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas.

PAIXÃO, Florisceno. A Previdência Social em Perguntas e Respostas. Porto Alegre: Síntese.

BALTAZAR JR, José Paulo. Comentários a Lei Básica da Previdência Social. Porto Alegre: Advogado.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Direito adquirido na Previdência Social. São Paulo: LTr.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Reforma da Previdência Social. São Paulo: LTr.

OLIVEIRA, Aristeu. Previdência Social. São Paulo: Atlas. Revista de Previdência Social. São Paulo: LTr.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL V.

Código: DIR03828.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Penal II (DIR00315).

Ementa: Lei nº 7.210/84. Execução Penal. Condenado e do internado. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Execução das penas em espécie. Execução das medidas de segurança. Incidentes. Procedimento Judicial.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Objeto e aplicação da lei de execução penal.
2. Do condenado e do internado. Classificação. Assistência. Trabalho. Direitos, deveres e disciplina.
3. Dos órgãos da execução penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos penitenciários. Patronato. Conselho da comunidade.
4. Dos estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia Agrícola, industrial ou similar. Casa do Albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento psiquiátrico. Cadeia pública.
5. Da execução das penas em espécie. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Suspensão condicional. Pena de multa
6. Execução das medidas de segurança
7. Incidentes de execução
8. Procedimento Judicial

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITOS HUMANOS.

Código: DIR09888.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Constitucional I (DIR03789).

Ementa: Direitos Humanos: aspectos filosóficos, históricos, jurídicos, políticos e sociais. As Declarações Internacionais. Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. Direitos Humanos no Brasil: atualidade e desafios. Direitos Humanos e Hermenêutica. Direitos Humanos e a Legislação Processual Brasileira.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Introdução aos direitos humanos
2. Desenvolvimento histórico dos direitos humanos
3. Universalismo e relativismo cultural
4. Definição de direitos humanos
5. Os tratados de direitos humanos e a Constituição Federal
6. Órgãos de proteção dos direitos humanos
7. Sistema global
8. Sistemas regionais
9. Sistema interamericano: Comissão e Corte Interamericanas de Direitos Humanos
10. Sistema Interamericano Direitos Humanos
11. Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados
12. Os direitos humanos civis e políticos.
13. Os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal
14. Violência urbana
15. Direitos econômicos, sociais e culturais
16. Perspectivas de gênero
17. Direitos humanos e questão da criança e do adolescente
18. A questão racial
19. Direitos humanos e a questão indígena
20. Direitos humanos e orientação sexual.
21. Desenvolvimento Direitos Humanos

- 22. Tribunal Penal Internacional
- 23. Direitos humanos e meio ambiente.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ALMEIDA, F. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor. 1996

BAZÍLIO, L. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortes, 2003.

DALLARI, D. Direitos humanos: histórico, conceito e classificação. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz São, 1995.

DORNELLES, J. O que são direitos humanos. São Paulo: Braziliense, 1989

HERKENHOF, J. Curso de direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994.

MORAES, A. Direitos humanos fundamentais – teoria geral in Coleção geral de temas jurídicos. São Paulo: Atlas, 1987.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: DIREITO URBANÍSTICO.

Código: DIR09889.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Administrativo I (DIR00302).

Ementa: Direito Constitucional da Propriedade. Função Social da Propriedade e da Cidade. Restrições ao Direito de Propriedade. Estatuto da Cidade. Plano Diretor Urbano. A Estética Urbana. Parcelamento e Uso do Solo Urbano. Bens Públicos.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. Noções gerais. Urbanismo e Direito Urbanístico. Histórico. Autonomia. Conceitos. Objetos.
2. Princípios do regime jurídico-administrativo atinentes ao Direito Urbanístico. Princípios do Direito Urbanístico.
3. Regime urbanístico no Brasil. Tratamento no direito comparado.
4. Regime normativo. A federação. Autonomia e competências dos entes federativos: competências constitucionais e normas gerais.
5. Os bens públicos. Definição. Características. Classificação. Bens de uso comum do povo. Bens de uso especial. Bens dominicais. Afetação e desafetação. Relações com o Direito Urbanístico.
6. Propriedade urbana. Tratamento legislativo constitucional e infraconstitucional. Função social da propriedade. Propriedade *versus* cidade. A propriedade planejada. Polícia administrativa: as limitações administrativas e urbanísticas ao direito de propriedade.
7. Planejamento urbano. Planejamento e política de ocupação do solo. O plano Diretor. O zoneamento, o uso e a ocupação do solo urbano. Parcelamento do solo. Planejamento do sistema viário. Infraestrutura urbana. Legislação pertinente.
8. A região metropolitana. Definição. Aspectos polêmicos. A conurbação.
9. Instrumentos da Política Urbana. A Constituição da República de 1988. O Estatuto da Cidade (Lei federal n. 10.257/2001). O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios. O IPTU progressivo. A desapropriação. Usucapião especial de imóvel urbano individual e coletivo. A concessão de uso

especial para fins de moradia. O direito de superfície. O direito de preempção. A outorga onerosa do direito de construir. As operações urbanas consorciada. Transferência do direito de construir. O estudo de impacto de vizinhança. O s consórcios imobiliários.

10. Gestão da cidade. A regularização fundiária. As audiências e consultas públicas. Conselhos municipais.

11. Sanções urbanísticas. Noções gerais. Previsão normativa.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

DALLARI, Adilson *et alli*. Estatuto da Cidade. São Paulo : Malheiros, 2005.

OLIVEIRA, Regis Femandes de. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: LÓGICA E METODOLOGIA JURÍDICA.

Código: DIR09890.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Processual Civil V (DIR09872).

Ementa: Lógica formal (abordagem histórica) e raciocínio jurídico. Dedução, indução, analogia. Introdução à lógica dos enunciados: verdade e validade, operadores lógicos, leis lógicas e regras de inferência. Operadores modais: modalidades aléticas e modalidades deonticas. Argumentação: a lógica analítica e a lógica do razoável; análise lógica e argumentação jurídica, falácias. Hermenêutica: métodos hermenêuticos; método e verdade.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. LÓGICA FORMAL E RACIOCÍNIO JURÍDICO.

- 1.1. As bases formais da Lógica Analítica: abordagem histórica; princípios de identidade; contradição e terceiro excluído.
- 1.2. Lógica Dedutiva.
- 1.3. A Lógica Indutiva.
- 1.4. A questão da existência da lógica jurídica.
- 1.5. Lógica e Metodologia Jurídicas.
- 1.6. A Lógica Formal e sua utilidade no Raciocínio Jurídico.
- 1.7. Limitação e Inadequação da lógica formal no processo de interpretação e aplicação do Direito

2. HERMENÊUTICA

- 2.1. Interpretação gramatical, lógica e sistemática
- 2.2. Interpretação histórica e teleológica.

3. TEORIA DA DECISÃO JURÍDICA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

- 3.1. Aplicação judicial do direito e a argumentação jurídica, a tópica e a nova retórica.
- 3.2. Teoria da argumentação
- 3.3. Argumentação e tópica
- 3.4. A Lógica Jurídica e a nova retórica

3.5. A Lógica Analítica e a Lógica Razoável.

3.6. Argumentos jurídicos: "Ad absurdum"; "Ad auctirritatem"; "A Contrario Sensu"; "Ad Hominem"; "Ad Rem"; "A Fortiori"; "A Maiori Ad Minus"; "A Pari" ou "a Simile"; "A Posteriori"; "A Priori".

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ARISTÓTELES; Tratado de lógica (Organon), Editorial Porrúa, México.

ECHAVE, Delia Teresa, URQUIJO M. Eugenia e GUIBOURG Ricardo A. Lógica, proposição e norma, Ed. Astrea, Buenos Aires

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo de Direito, Ed. Atlas.

PERELMAN, Ch. La lógica jurídica y la nueva retorica, Ed. Civitas.

.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I.

Código: DIR09892.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: A disciplina possui conteúdo variável a cada período, destacando os conteúdos mais relevantes do momento, ou seja, ementa em aberto a depender da área do conhecimento do professor que ministrará a disciplina.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático: A definir.

Metodologia: A definir.

Recursos: A definir.

Avaliação: A definir.

Bibliografia obrigatória: A definir.

Bibliografia complementar: A definir.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II.

Código: DIR09893.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: A disciplina possui conteúdo variável a cada período, destacando os conteúdos mais relevantes do momento, ou seja, ementa em aberto a depender da área do conhecimento do professor que ministrará a disciplina.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático: A definir.

Metodologia: A definir.

Recursos: A definir.

Avaliação: A definir.

Bibliografia obrigatória: A definir.

Bibliografia complementar: A definir.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: HISTÓRIA DO DIREITO.

Código: HIS03813.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854).

Ementa: A formação do Direito como conquista dos povos. O Direito Romano: características primitivas e transformações do seu espírito no Sistema Atual. Formação e características da *Civil Law* e da *Common Law*. A formação do Direito Moderno. O processo de codificação.

Objetivos: Avaliar o Direito como construção histórica da sociedade moderna. Será dada ênfase à formação conceitual, centrando os estudos nas noções de individualismo, capitalismo, Estado, classe, universalismo, racionalismo, ética, capital, mercado, mudança histórica (transição e transformação) e poder.

Conteúdo programático:

1. O Direito na Antiguidade.
2. O Direito Romano;
3. O Direito na Alta Idade Média;
4. A afirmação da burguesia através da criação do Direito Moderno;
5. As revoluções burguesas e o Direito;
6. A afirmação do positivismo jurídico e o movimento de codificação;
7. Transformação do papel do Direito e do Estado na moderna “Sociedade do Bem-Estar”;
8. A reestruturação global e o Direito.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. A Cidade Antiga. São Paulo, Martins Fontes.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História. São Paulo, Max Limonad.

WIEACKER, Franz. História do Direito Privado Moderno. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

HESPANHA, Antonio Manuel (org.). Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HESPANHA, Antonio Manuel. História das instituições. Coimbra, Almedina.

HESPANHA, Antonio Manuel. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

ARISTÓTELES. A Constituição de Atenas. Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural.

DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo. São Paulo, Martins Fontes.

JAEGER, Werner. Paidéia. A Formação do Homem Grego. São Paulo, Martins Fontes.

MARTINS COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado. São Paulo, RT.

MOREIRA ALVES, José Carlos. Direito Romano. Vol. I. Rio de Janeiro, Forense.

WOLKMER, Antonio C. Pluralismo Jurídico. São Paulo : Alfa-Ómega, 1994.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de história do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: ANTROPOLOGIA JURÍDICA.

Código: CSO09883.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Introdução ao Estudo do Direito (DIR09854).

Ementa: Antropologia do direito e jurídica, sistemas de controle das sociedades, o jurídico como campo social, o jurídico como invenção da sociedade moderna, relativismo e direito, fronteiras do relativismo, grupos e minorias frente ao direito, novos sujeitos de direito.

Objetivos: Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

Conteúdo programático:

1. O campo de estudo da Antropologia Jurídica.
2. Análise de processos de resolução de disputas e de situações de conflito em diferentes sociedades.
3. Contextos culturais específicos.
4. As principais características da cultura como visão de mundo.
5. Herança cultural e plano biológico.
6. Apreciação das abordagens normativa e processualista e seus desdobramentos.
7. Pluralismo.
8. Pluralismo Jurídico.
9. Novos Atores.
10. Movimentos Étnico-Culturais.
11. Alteridade.
12. Tolerância.
13. Processos judiciais e análises histórico-antropológicas
14. Violência Urbana: Abordagem pluridimensional da criminogênese
15. Antropologia Criminal
16. Leitura Antropológica do Tribunal do Júri
17. Estruturalismo Psicológico do Delito
18. Violência Urbana Menores Infratores, Polícia e Segurança Pública
19. Aspectos Etiológicos do comportamento criminoso: parâmetros biológicos, psicológicos e sociais
20. Laudos Periciais Antropológicos

21. Execução Penal
22. Exame Criminológico
23. Apreciadores dos Indicadores de Potencial Criminógeno.

Metodologia: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasse, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ROULAND, Norbert. Nos confins do direito : antropologia jurídica da modernidade. Traduzido por Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SHIRLEY, Robert Weaver. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.

DAMATTA, Roberto. Relativizando : uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GEERTZ, Clifford. A Interpretacao das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Traduzido por Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura : um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Coleção antropologia social).

ROCHA, Everardo P. Guimarães. O Que é etnocentrismo. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos, 124).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: MEDICINA DO TRABALHO.

Código: MSO09891.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito do Trabalho (DIR09864).

Ementa: O médico generalista deve estar apto a reconhecer, tratar e encaminhar, adequadamente, as doenças relacionadas ao trabalho, através de instrumental conceitual e operativo, que lhe possibilite contextualizá-las historicamente e no âmbito das condições em que o trabalho é exercido, conhecendo os agravos e seus processos psicofisiopatogênicos, bem como as implicações legais e previdenciárias a elas relacionadas, intervindo nos processos mais comuns e interagindo com outros profissionais e/ou médicos especialistas, principalmente o médico do trabalho, em situações que requeiram conhecimentos mais complexos quanto à promoção, tratamento e reabilitação.

Objetivos: 1) Adquirir conhecimentos gerais e imprescindíveis da Medicina do Trabalho; 2) Aplicar os conceitos de saúde ocupacional.

Conteúdo programático:

1. Histórico da Saúde Ocupacional/Medicina do Trabalho e proposta da disciplina;
2. Principais conceitos em saúde ocupacional, medicina, higiene e segurança do trabalho;
3. Funções da medicina, segurança e higiene do trabalho;
4. História natural das doenças ocupacionais;
5. Níveis de prevenção de doenças ocupacionais;
6. Agentes causais das doenças ocupacionais;
7. Doenças Ocupacionais causadas por agentes físicos;
8. O ruído como fator causal - conceito e consequência;
9. Doenças ocupacionais causadas por agentes químicos – silicoses e abestoses;
10. Doença respiratória crônica;
11. Doença do aparelho locomotor;
12. Distúrbios mentais e stress;
13. Programas de prevenção das doenças ocupacionais;
14. Acidentes de trabalho - conceitos, causas, responsabilidades, importância, prevenção, Cipa, CAT/L/M;

- 15. Acidente do Trabalho;
- 16. Fadiga;
- 17. Alcoolismo e trabalho.

Metodologia: 1) Aulas teóricas, grupo de estudo, estudo dirigido, visitas e serviços de empresas e ambiente HUCAM; 2) Elaboração de trabalhos; 3) Seminários para apresentação dos trabalhos.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

MENDES, Renê . Medicina do Trabalho, Doenças Profissionais. São Paulo. Servier, 1980.

PASSOS, Cristina A . Saúde e Trabalho. Rio de Janeiro, Graol, 1981.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: MEDICINA LEGAL.

Código: MSO00723.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Direito Penal I (DIR09867).

Ementa: Medicina Legal. Definição: Conceito, Eficiência. Relações. Histórico da Medicina Legal. Ensino da Medicina Legal e sua Evolução no Brasil. Divisões didáticas da Medicina Legal. Perícia médica e peritos. Noções de polícia técnica. Traumatologia. Lesões Mortais. Homicídio. Suicídio. Classificações médico-legal da causalidade de dano. As lesões segundo a sede. Tanatologia. Diagnóstico da realidade da morte. Cronologia da morte. Morte súbita, morte agônica e sobrevivência. Diagnose diferencial entre as lesões produzidas em vida depois da morte. Sexologia Criminologia. Ética. Definição de Ética. Condição para a Ética: a razão (conhecimento); a liberdade ou livre arbítrio. A Ética não é totalmente “a priori”. A Ética não é totalmente “a posteriori”. É ciência mista e dedutiva. Psicopatologia Forense. Conceito de homem. Homem normal. Condições para a psicopatologia: o cultural; o social; a família, o sujeito. A psicopatologia não é genética. A psicopatologia é codificada “a priori” e se manifesta “a posteriori”. A causa é determinada por dedução.

Objetivos: 1) Adquirir conhecimentos gerais e imprescindíveis da Medicina Legal; 2) Aplicar os conceitos para a produção de prova pericial.

Conteúdo programático:

1. Medicina Legal – conceitos, fundamentos e história.
2. Peritos e perícia médico-legal
3. Documentos médico-judiciário.
4. Antropologia – identificação biológica e judiciária.
5. Psiquiatria Forense
6. Psiquiatria e Psicologia.
7. Alterações da normalidade mental – responsabilidade e incapacidade.
8. Classificação das doenças mentais.
9. Neuroses.
10. Personalidades Psicopáticas.
11. Psicopatias principais.
12. Hematologia forense.

13. Sexologia forense:
14. Comportamento sexual do homem.
15. Erotologia forense.
16. Himenologia.
17. Obstetrícia forense.
18. Traumatologia Forense:
19. Agentes produtores e tipos de lesões.
20. Infortunistica - acidente do trabalho.
21. Asfixiologia forense.
22. Toxicologia forense.
23. Tanatologia forense.
24. Odontologia forense.
25. Rugoscopia palatina.
26. Estudo das manchas de saliva.
27. Heredogramas odontológicos.
28. Estomatologia do trabalho e infortunistica.
29. Deontologia.

Metodologia: 1) Aulas teóricas, grupo de estudo, estudo dirigido, visitas e ambiente HUCAM; 2) Elaboração de trabalhos; 3) Seminários para apresentação dos trabalhos.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ALVES, Avelino, Medicina Legal aplicada aos Advogados, Síntese.

CARVALHO, Hilário Veiga de (e outros). Compêndio de Medicina Legal, Saraiva, 1992.

BASTOS, Antonio Francisco, Medicina Legal para não legistas, Copola.

CROCE, Delton, Manual de Medicina Legal, Saraiva.

FAVERO, Flaminio, Medicina Legal, Villa Ricca.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

Disciplina: Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Código: LCE06306.

Carga horária: 60h.

Pré-requisito: Não há.

Ementa: Noções básicas de LIBRAS. Comunicação funcional entre ouvintes e surdos.

Objetivos: 1) Instrumentalizar os para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas; 2) Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; 3) Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil.

Conteúdo programático:

1. ASPECTOS GERAIS DA LIBRAS

- Características gerais da LIBRAS
- Paralelos entre línguas orais e gestuais
- Unidades mínimas gestuais
- Classificadores
- Expressões faciais e corporais
- Alfabeto digital
- Identificação Pessoal – pronomes pessoais

2. LÉXICO E CATEGORIAS SEMÂNTICAS

- Etiqueta e boas maneiras – saudações cotidianas
- Família
- Lar – móveis e eletrodomésticos
- Objetos
- Vestimentas
- Cores
- Formas
- Números e operações aritméticas
- Lateralidade e Posições
- Tamanhos
- Tempo
- Estados do tempo – Estações do Ano
- Localizações – Pontos Cardeais

- Calendário
- Datas comemorativas
- Meios de transporte
- Meios de comunicação.
- Frutas
- Verduras – Legumes
- Cereais
- Alimentos doces e salgados
- Bebidas
- Animais domésticos
- Animais selvagens
- Aves
- Insetos
- Escola
- Esportes
- Profissões
- Minerais
- Natureza
- Corpo humano
- Sexo
- Saúde e higiene
- Lugares e serviços públicos
- Cidades e Estados Brasileiros
- Política
- Economia
- Deficiências
- Atitudes/ sentimentos/ personalidade
- Religião e esoterismo

3. VERBOS.

- Principais verbos utilizados no cotidiano da escola
- Verbos pertinentes às categorias semânticas estudadas
- Verbos pertinentes aos conteúdos específicos estudados
- Marcação de tempos verbais

Metodologia: Aulas teóricas, grupo de estudo, estudo dirigido; 2) Elaboração de trabalhos; 3) Seminários para apresentação dos trabalhos.

Recursos: Quadro e pincel, slides e vídeos.

Avaliação: DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

Bibliografia:

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo; 2004 a. v.1. [Sinais da Libras e o universo da educação; e Como avaliar o desenvolvimento da competência de leitura de palavras (processos de reconhecimento e decodificação) em escolares surdos do Ensino Fundamental ao Médio].

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. LIBRAS em Contexto. Brasília: SEESP, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997.



80 anos do Curso de Direito da UFES
04/10/1930 – 04/10/2010